

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**ANA PAULA SILVA OLIVEIRA**

**FÉ, ETNICIDADE E RESISTÊNCIA:** a comunidade festeja um santo em  
aquilombamento

SÃO LUÍS

2016

**ANA PAULA SILVA OLIVEIRA**

**FÉ, ETNICIDADE E RESISTÊNCIA:** a comunidade festeja um santo em  
aquilombamento

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da  
Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do  
grau de Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais.

**Orientadora:** Profa. Dra. Marivania Leonor Souza  
Furtado

São Luís

2016

Oliveira, Ana Paula Silva.  
Fé, etnicidade e resistência: a comunidade festeja um santo em quilombamento  
/ Ana Paula Silva Oliveira. – São Luís, 2016.

65f.:il.

Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2016.

Orientadora: Profa. Dra. Marivania Leonor Souza Furtado.

1.Etnicidade. 2.Quilombamento. 3.Comunidade. 4.Quilombo. I.Título

CDU: 316.35

**ANA PAULA SILVA OLIVEIRA**

**FÉ, ETNICIDADE E RESISTÊNCIA:** a comunidade festeja um santo em  
aquilombamento

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da  
Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do  
grau de Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Marivania Leonor Souza Furtado (Orientadora)  
Departamento de Ciências Sociais/UEMA

Profa. Me. Daisy Damasceno Araújo  
Docente do Instituto Federal do Maranhão  
Doutoranda do PPGCSoc/UFMA

Prof. Me. José Antônio Ribeiro de Carvalho  
Departamento de Ciências Sociais/UEMA

## **AGRADECIMENTOS**

O desafio de viver e superar limitações é constante, não posso dizer que foi fácil, mas afirmo que foi gratificante, angustiante e enriquecedor fazer esta graduação. Caso me fosse dada a oportunidade, trilharia novamente esse caminho, na certeza de que todos os esforços nunca seriam/foram em vão.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, e pelas potencialidades que me foram concedidas e a coragem de sair do interior do estado e vir buscar aqui em São Luís as oportunidades sonhadas desde a infância.

Agradeço a minha mãezinha, D. Raimunda da Silva Oliveira que me criou e educou com toda sua sabedoria e amor de avó, me ensinando valores morais que servem de alicerce para a minha construção pessoal.

Agradeço também a minha mãe Ana Lúcia Silva Oliveira, que é meu exemplo maior de superação, coragem e dignidade.

Agradeço a minha orientadora a Profa. Dra. Marivania Leonor Souza Furtado que me orienta com “mãos de ferro” e me afaga os cabelos com a delicadeza de uma mãe cuidadosa, que é capaz de me olhar nos olhos e dizer com ternura que é preciso melhorar, e que vai me ensinar a fazer o melhor.

Agradeço aos “krikati” da turma 2010.2 do Curso de Ciências Sociais, que durante a graduação formamos uma fraternidade, nos apoiando durante as “batalhas” da vida pessoal e acadêmica.

Agradeço aos meus/minhas professores/professoras do Departamento de Ciências Sociais que em momentos difíceis da minha vida pessoal não deixaram de acreditar em mim, e me incentivaram a seguir em frente, mesmo não gostando das notas baixas que eu os obriguei a me dar. Que com excelência se empenharam em ensinar o seu melhor, para que pudéssemos nos tornar profissionais de sérios/sérias e comprometidos/comprometidas com o social.

Em meio a crises e alegrias estou aqui agradecendo aos que me ajudaram nessa batalha.

Agradeço de modo muito especial a Dona Ildenê, Dona Dalva e Dona Sônia que me acolheram em suas casas, me deram suas camas para dormir e me contaram um pouco das histórias do seu povo, me chamaram de filhas por vezes e assim foi como me senti durante os dias em que estive no Rio Grande, muito obrigada!

Agradeço de modo mais que especial à comunidade quilombola do Rio Grande, que me acolheu com os cuidados uma família, fui a filha que a Profa. Marivania mandou e fui a quilombola do LIDA, obrigada por terem me concedido a honra de participar dos seus rituais, de suas festas e de seus lares. O vocês me ensinaram levarei para a vida toda pude entender de onde vem a resistência de um povo guerreiro e resistente, não citarei nomes para não correr o risco de ser injusta.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa e Extensão Lutas Sociais Igualdade e Diversidade – LIDA, pela oportunidade de aprender a cada encontro, a cada confraternização, de amadurecer e crescer enquanto profissional e como pessoa.

*“É o som, é a cor, é o suor  
É a dose mais forte e lenta  
De uma gente que rí  
Quando deve chorar  
E não vive, apenas aguenta”*

Milton Nascimento

## RESUMO

Neste trabalho pretendo entender a representação que o festejo em honra a Santo Antônio tem para a comunidade Rio Grande, situada no município de Bequimão, região norte do estado do Maranhão, tendo em vista que a mesma possui certificação da Fundação Cultural Palmares afirmando a condição de remanescente de quilombo, solicitada por auto atribuição da comunidade. Essa é uma comunidade quilombola histórica, que em pleno século XXI, luta pela manutenção de seu território através de suas manifestações culturais e religiosas que são passadas de geração para geração. O mundo da vida dos moradores de Rio Grande é regido por regras que são respeitadas e proporcionam a manutenção da comunidade, dos laços que são criados, dos laços que são desatados e das rixas que mantidas dentro de uma lógica comunitária, que respeita e compreende, porém não interfere na dinâmica social e política do território. Pretendo entender o que leva as mulheres da comunidade a deixarem suas casas e levarem seus/suas filhos/filhas menores para o barracão, onde irão preparar a comida dos quatorze dias de festejo, sem que aja nenhum tipo de relação empregatícia entre o “dono da festa” e as mulheres que cozinham, limpam e cuidam dos detalhes mais sutis para que o festejo aconteça da melhor forma possível. As relações que são construídas e as que são fortalecidas representam parte da organização social e política da comunidade, onde pretendo analisar quais aspectos são evidenciados e quais são negligenciados pelas agentes sociais do preparo do festejo. As mulheres foram escolhidas para protagonizar um dos capítulos deste trabalho por trabalharem juntas do início ao final do festejo. E por fim tentarei mostrar o que acontece nas novenas e nas festas dançantes, o que o festejo representa para a comunidade como elemento de luta e construção de uma identidade coletivas na busca por direitos e políticas específicas para quilombolas.

**Palavras-chave:** Etnicidade. Comunidade Quilombola. Festejo de Santo.

## **ABSTRACT**

In this work I intend to understand the representation that the celebration in honor of St. Anthony has to Rio Grande community, in the municipality of Bequimao, northern state of Maranhão, with a view that it is certified by the Palmares Cultural Foundation stating the condition remnant quilombo, requested by auto assignment of the community. This is a historical quilombo that in the XXI century, the struggle for maintaining its territory through its cultural and religious events that are passed from generation to generation. The world of life of Rio Grande residents is governed by rules that are respected and provide the maintenance of the community ties that are created, the ties are loosened and feuds that kept within a community approach, which respects and understands, but it does not affect the social and political dynamics of the territory. I want to understand what makes the community women to leave their homes and take his / her children / young daughters to the shed, where they will prepare the food of the fourteen days of celebration, without acting any employment relationship between the "owner of the party "and women who cook, clean and take care of the finer details for the celebration, as best as possible. The relationships that are built and that are strengthened represent part of social organization and community policy, where I analyze which aspects are highlighted and which are neglected by the social agents of the celebration of the preparation. The women were chosen to star in one of the chapters of this work by working together from beginning to end of the celebration. And finally I try to show what happens in the novenas and the dance parties, which the celebration is to the community as an element of struggle and building a collective identity in the search for specific rights and policies for maroons.

## LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Mulheres fazendo o quebramento do coco babaçu na casa de Santinha...	37
FOTO 2: Mulheres fazendo o quebramento do coco babaçu no Sítio Velho .....	37
FOTO 3: Mulheres lavando os farelos das amêndoas do coco babaçu .....	38
FOTO 4: Envolvimento coletivo para a extração do “vinho” da amêndoas do coco babaçu .....	38
FOTO 5: Homens amassando as amêndoas do coco babaçu .....	39
FOTO 6: Mulher ajudando a amassar as amêndoas do coco babaçu .....	39
FOTO 7: Cozinha feita para o <i>fazimento de bolos</i> do festejo de Santo Antônio .....	41
FOTO 8: Barracão feito para o <i>fazimento de bolos</i> do festejo de Santo Antônio .....	42
FOTO 9: Mulheres molhando a tapioca com o “vinho” de coco babaçu .....	44
FOTO 10: Sovamento da massa .....	44
FOTO 11: Pesquisadora ajudando a preparar os anéis de bolos .....	44
FOTO 12: <i>Fogista e fazedeiras</i> colocando os anéis de bolo para assar .....	44
FOTO 13: D. Elza Rodrigues, 2ª novenária do ano 2016 .....	53
FOTO 14: D. Pedra Rodrigues, 3ª novenária do ano 2016 .....	53
FOTO 15: Sr. Fabrício Rodrigues (Sr. Chita), 4ª novenário do ano 2016 .....	54
FOTO 16: D. Francisca Rodrigues, 5ª novenária do ano 2016 .....	54
FOTO 17: Sr. Benedito Colim, 7ª novenário do ano 2016 .....	54
FOTO 18: Maria de Domingo, 8ª novenária do ano 2016 .....	54
FOTO 19: D. Ivonete Rodrigues, 9ª novenária do ano 2016 .....	55
FOTO 20: D. Fernanda Rodrigues, 10ª novenária do ano 2016 .....	55
FOTO 21: Relação dos novenários escolhidos para o ano 2015, colada na porta da cozinha de D. Ildenê a “dona” do Santo .....	55
FOTO 22: Novena de Santo Antônio .....	57
FOTO 23: Imagem de Santo Antônio aquilombado .....	60
FOTO 24: Sr. Luís Mariano Dias tutor da imagem de Santo Antônio .....	61
FOTO 25: Sr. Pedro de João Paulo dono da Festa Grande .....	61

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. Comunidade Rio Grande: a história de um quilombo histórico .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1. Para pensar a questão quilombola .....</b>	<b>23</b>
<b>1.2. Festejo de Santo Antônio: etnicidade e luta quilombola na contemporaneidade .....</b>	<b>28</b>
<b>2. As redes e rixas que envolvem o preparo do festejo de Santo Antônio.....</b>	<b>31</b>
<b>2.1. A divisão social das atividades no festejo de Santo Antônio .....</b>	<b>35</b>
<b>2.2. As obrigações com o festejo são de todas: uma análise do envolvimento coletivo entre as mulheres da comunidade.....</b>	<b>40</b>
<b>3. Se a graça é alcançada o festejo é ainda mais animado: o agradecimento a Santo Antônio aquilombado.....</b>	<b>47</b>
<b>3.1.Os novenários .....</b>	<b>50</b>
<b>3.2.O dono da festa .....</b>	<b>58</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>64</b>

## INTRODUÇÃO

Em meados do mês de novembro do ano de 2013, tive a oportunidade de conhecer a comunidade remanescente de quilombo, Rio Grande, localizada em Bequimão – MA, visita proporcionada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Lutas Sociais Igualdade e Diversidade – LIDA, na ocasião eu era recém chegada ao referido grupo. Durante toda a visita que tinha como objetivo assessorar a comunidade para articular uma reunião de encerramento das atividades da associação do ano de 2013 observei as lideranças, ouvi algumas histórias contadas pelas mulheres do território e soube do festejo. Já naquela oportunidade fui convidada a participar e nos anos seguintes 2014 e 2015 participei do referido festejo.

No contato direto com o campo surgiu o interesse em pesquisar porque o festejo ganhou um “dono” e quais as relações que permeiam a preparação do ritual, que relações são estabelecidas dentro de uma esfera da vida onde o que pacto social estabelecido é respeitado por todos/todas da comunidade sem que ajam intervenções externas.

Desde que entrei no curso de ciências sociais busquei trabalhar com povos e comunidades tradicionais mesmo sem fazer ideia do universo no qual eu estava me inserindo. Vinda de uma família camponesa, conheço um pouco a respeito dos cuidados com a terra, como a mandioca é preparada para fazer a farinha, quais as principais fases da preparação do terreno para “botar” a roça e todas as etapas posteriores, como o plantio, capina e a colheita.

Esse trabalho tem como objetivo, conhecer a história da primeira “dona do Santo”, para tentar entender como se desenvolveram as redes e rixas dentro das relações sociais da comunidade, levando em consideração sua representação até os dias atuais, verificarei através de relatos, observações como ocorre a divisão de tarefas, onde toda a comunidade se compromete a realizar as atividades necessárias para a realização do festejo. Pretendo, portanto, estudar como a identidade quilombola é acionada nesse festejo de Santo, (Almeida, 2002).

O festejo de Santo Antônio em Rio Grande acontece há mais dois séculos, e se confunde ou configura a própria existência dessa comunidade. Segundo Dona Ildenê a atual “dona do Santo”, a imagem foi trazida para o território pelos

antepassados de seu marido o Sr. Luís Mariano, após receber graças que foram atribuídas ao Santo, fizeram uma festa em agradecimento as bênçãos concedidas à sua família.

Tal agradecimento foi feito com celebrações e ladainhas, junto com a comunidade que adotou o Santo como seu padroeiro e desde então, a festa acontece todos os anos, tendo início no dia 31 de maio encerrando-se com uma festa dançante nos dias 12 e 13 do mês de junho. Vale ressaltar que naquela época a quantidade de famílias que moravam no Rio Grande era inferior ao quantitativo atual, podendo haver naquele contexto a família Rodrigues como maioria da população do território, família essa que era “dona” da imagem de Santo Antônio.

Nesse trabalho pretendemos entender a elaboração dos trabalhos atribuídos a cada um, como e porque as relações de conflito em determinados momentos são camufladas e em outros, evidenciadas durante os preparativos do festejo, me questiono acerca da escolha dos novenários e do “dono da festa”. Percebemos que toda a comunidade se envolve nas atividades de maneira direta e indireta, desde a celebração das novenas até a preparação da comida que será oferecida para o Santo.

A organização social da comunidade em prol da realização do festejo aponta para um acionamento coletivo da identidade quilombola dos indivíduos que moram naquele território. É perceptível que a escolha de Santo Antônio como padroeiro é uma expressão clara de resistência à opressão histórica sofrida pelos remanescentes de comunidades quilombolas.

Para compreendermos a noção de identidade vamos tomar como aporte teórico a noção de Barth (2000), no que se refere a questão das fronteiras identitárias da comunidade. Também tomaremos como referência o estudo de Furtado (2012), no que tange aos aspectos de “quilombamento” e sua identificação com a festa de Santo Antônio, fazendo um paralelo com as obrigações dos novenários, bem como do “dono da festa”.

Nesse trabalho temos a pretensão de fazer um breve apanhado histórico da festa do Santo, na intenção de compreender as relações de poder exercidas hoje na comunidade, e como elas são externalizadas e internalizadas pela comunidade.

Fazer uma relação de que as práticas cotidianas, sobretudo no período do festejo, são regidas por regras e significados não mediados pelo mundo sistêmico, o que caracteriza essa comunidade como “tradicional”, bem como compreender as relações do “mundo da vida” as imposições/colonizadoras do mundo sistêmico no contexto de luta por reconhecimento de direitos, se faz necessária e urgente no atual cenário das lutas quilombolas no Maranhão. Tais elementos me fazem querer enxergar o que motiva e movimenta essa comunidade a ser sempre unida mesmo nas desuniões do “mundo da vida”.

É tradicional o festejo de Santo Antônio na comunidade quilombola Rio Grande, a festa já tem mais de 200 (duzentos) anos, segundo informações dos moradores, com início dia 31 de maio e encerramento dia 13 de junho, ano após ano. Essa festa envolve toda a comunidade em torno do preparo das comidas que serão servidas para os visitantes e para o próprio Santo Antônio, após as celebrações das novenas, que são feitas todas as noites do festejo, cada dia uma família é escolhida para preparar a celebração e fornecer as oferendas ao Santo padroeiro.

A realização desse festejo envolve dispêndio de força de trabalho, recursos materiais e aceitação de regras “pré-estabelecidas”, daí que se interroga; quais são as representações do festejo para os moradores da comunidade e suas relações com a etnicidade quilombola acionada no atual contexto de luta por reconhecimento de direitos específicos.

As imposições coloniais obrigaram os povos africanos trazidos para o Brasil internalizassem suas culturas, suas crenças e suas línguas, apenas as ordens dos “conquistadores” europeus deveriam ser reproduzidas e aprendidas como uma forma de manutenção de suas vidas. Mesmo com todas as circunstâncias mostrando que a escravidão não tinha perspectiva de acabar, os homens e mulheres que foram escravizados não deixaram de sonhar com liberdade, dignidade e paz. Nutridos por tal sentimento os primeiros africanos conseguiram, contra as leis da época libertar-se da escravidão fugindo para dentro das selvas brasileiras, iniciando a resistência e a luta quilombola no Brasil.

O Conselho Ultramarino logo que tomou conhecimento das fugas tratou de criar uma definição para os resistentes, chamando-os de *calhambolas* ou *quilombolas* e dar uma definição do que de fato poderia ser chamado de quilombo:

*“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles (Conselho Ultramarino: 1740 apud Almeida, 2011; 38)”*

No século XVIII, todos os quilombolas eram chamados de criminosos e deturpadores das Leis e as regras sociais da época. Ser livre e ter dignidade não era um privilégio para os africanos escravizados, deixar de lutar e aceitar a opressão, sim, era algo considerado digno pelas autoridades da época. Porém o que sabemos é que desde que os colonizadores invadiram as terras brasileiras e as usurparam, dizimando nações inteiras de povos indígenas, a única intenção dos europeus era extrair até a última fonte de riqueza desta terra. E que em momento algum houve um sentimento de que eles eram semelhantes e mereciam respeito tanto quanto qualquer outro europeu.

Essa busca incessante por riquezas foi e a resistência dos poucos povos indígenas que restaram, a “única” saída para garantir a *plantation* foi trazendo homens e mulheres resistentes ao clima brasileiro e que soubessem trabalhar com a terra e produzir com qualidade a custo quase zero. Dessa forma, a escravidão de pessoas foi à maneira mais barata e cruel de produzir a riqueza histórica deste país.

Procurar a liberdade não era uma opção viável na época, tendo em vista, que todos os “fugitivos” eram criminalizados e caçados por capitães do mato, e quando eram encontrados, o tronco e muito castigo os esperavam. O quilombo era lugar de criminosos, segundo as disposições legais vigentes no período colonial (Almeida, 2011), porém com a Constituição Federal de 1988, consoante no Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias declara:

*“Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (BRASIL, Constituição Federal. 1988). (Almeida, 2011, p.42)*

Os remanescentes de quilombos tiveram seus direitos territoriais assegurados, mas precisavam se auto declarar remanescentes de quilombos, mas como escancarar uma identidade que por muito séculos foi escondida e discriminada? Ser quilombola ou não ser? Como devemos encarar a realidade dessas comunidades que foram obrigadas a esconder suas origens repassando sua cultura e seus costumes aos pequenos de forma eufemizadas, para não se perderem no tempo.

De acordo com Pollack, a oralidade é um instrumento metodológico de pesquisa que deve ser utilizado pelo pesquisador afim de registrar através da oralidade fatos que são contados pelas comunidades que não foram escritos em livros ou em teses, mas que fazem parte da história da comunidade e contam um pouco dos processos de luta que aquela comunidade passou. (POLLACK, 1992). É com base nesse pensamento que este trabalho tem o intuito investigar através da oralidade a memória da primeira “dona do Santo”, através de entrevistas, conversas informais com os mais velhos da comunidade, histórias antigas que foram passadas por gerações, que serão analisadas e condensadas em um dos capítulos deste trabalho monográfico.

Pretendo também observar como as mulheres e os homens, dando um enfoque especial para as relações entre as mulheres que conseguem durante os treze dias de festejo conciliar as atividades de lar com as da festa, contando sempre com o auxílio umas das outras para cuidar dos filhos que por não ter com quem deixá-los, são levados por suas mães para o barracão onde são produzidas as comidas, fazendo entrevistas e conversas informais com as mulheres do Rio Grande, participar das conversas se possível com as mais velhas no intuito coletar dados sobre a primeira mãe do Rio Grande.

Na atualidade, a vinculação da identidade quilombola do Rio Grande está pautada, dentre outras práticas, na organização desse festejo, fenômeno este que se constitui num grande fato de coesão social, a ponto de não ser preterido, mesmo diante de fatos tão graves quanto um fratricídio que ocorreu no primeiro dia do festejo do ano de 2009. (FURTADO,2012)

Da mesma forma que o conceito de quilombo tem passado por sua ressignificação para dar conta das diversas situações que o termo comporta atualmente, a devoção a Santo Antônio na comunidade do Rio Grande revela como têm-se construído as representações históricas sobre essa figura religiosa e sua vinculação a etnicidades quilombolas contemporâneas. Mott (1996) analisa como Santo Antônio foi apropriado pelos escravagistas como “divino capitão do mato” e, dialeticamente, pelos escravizados como fiel protetor contra as investidas de batimento dos quilombos. Como fruto desse desdobramento histórico, na comunidade quilombola do Rio Grande esse Santo é reverenciado como padroeiro.

Conforme Furtado (2012), as perspectivas simbólicas também são construtos históricos e vinculam ações, práticas e saberes, constituídos e constituintes de identidades. Tal se verifica na apropriação de Santo Antônio como o protetor do quilombo do Rio Grande.

As análises também serão feitas a partir da noção de quilombamento proposta por Furtado (2015) que define “a passagem da invisibilidade da condição de quilombo em si, para a condição de quilombo para si”. Tal processo se verifica no acionar de uma identidade quilombola mediada por saberes e práticas políticas distintas e reivindicatórias do direito territorial garantido constitucionalmente.

Esse festejo também será analisado a partir da noção de domínio apresentada por Prado (2007) quando estuda o “domínio das festas no âmbito do campesinato da “baixada maranhense” (sic). Segundo essa autora o domínio “implica uma noção de fronteiras as quais são demarcadas de acordo com critérios próprios”. Para a apreensão do domínio do festejo na construção da etnicidades quilombola do Rio Grande tomarei também como referência a proposta de DaMatta (1974, apud Prado, 2007:35) de que os ritos “são situações criadas sob a égide e controle do sistema social(...) toda a vida social é, de fato, um rito ou ritualizada”.

## 1. Comunidade Rio Grande: a história de um quilombo histórico

A comunidade quilombola Rio Grande, situada no município de Bequimão -MA localizada no Litoral Ocidental Maranhense é formada por aproximadamente 80 famílias residentes em seu território, incluindo os filhos/filhas da comunidade que mesmo não residindo no território, são filhos da comunidade, segundo Barth *“as fronteiras étnicas permanecem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam”*. (BARTH, 2000)

Nunca havia passado pela minha cabeça que o meu universo, era a minha profissão, e que ser de dentro seria o meu maior desafio enquanto pesquisadora de povos tradicionais, e eu não fazia ideia disso até ir à campo, até conhecer uma comunidade remanescente de quilombo, até ver que eu já tinha estado ali, e tudo me era/é familiar, agora eu sou de dentro e de fora, simultaneamente, agora eu tenho elementos que me possibilitam tentar compreender as comunidades tradicionais, em suas formas de organização social e política.

Transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico é um exercício antropológico fundamental. Analisar um ritual realizado uma determinada comunidade o qual é comum ou mesmo familiar ao pesquisador, impõe uma possibilidade evidente de ocorrer um equívoco nas análises, tendo em vista que o não estranhamento do fato que se confunde com o familiar impossibilita que o/a pesquisador/a busque entender o significado que o familiar tem para aquela comunidade exótica do ponto de vista da vivência do/a pesquisador/a, conforme afirma DaMatta:

“(...) para que o familiar possa ser percebido antropológicamente, ele tem que ser de algum modo transformado no exótico. Do mesmo modo que na transformação do exótico em familiar para que possamos ter uma análise verdadeiramente sociológica(...)” (DaMatta, 2010, p. 186)

“(...) Sem transformarmos o familiar em exótico, atribuímos a ele um dado valor, sem nos interessarmos pelos motivos sociais que conduzem os membros daquele sistema. O problema, portanto, é poder situar o nível, o grau e a modalidade das divergências e dos conflitos. A resposta da antropologia social, resposta que chega sobretudo com o trabalho de campo intensivo, é a de que primeiramente devemos ‘ouvir’ as motivações e as ideologias daqueles que praticam o costume, crença ou ação.” (DaMatta, 2010, p.187-188)

Durante os dias que passei na comunidade acompanhando a rotina, observando e fazendo anotações e gravações das conversas informais que tinha com as pessoas da comunidade, observei que ao chegar fui tratada como uma “outsider”, dentro das conversas percebi que havia um certo controle das falas diante da minha presença, meu comportamento diante da situação era tentar deixar a comunidade confortável com a minha presença.

Com o passar dos dias, meu entrosamento com pessoas, minha dedicação em aprender os trabalhos coletivos que era realizados pelas mulheres em sua maioria, fez com que a comunidade perdesse o pudor perante a minha presença. Me tornei alguém confiável para os de dentro. Com isso as conversas fluíam, os assuntos que nos primeiros dias não eram tratados passaram a ser, passei a entender minimamente a lógica simples e especialmente complexa da comunidade.

Trato a lógica da comunidade como simples porque o modo de viver e se reproduzir das pessoas desse território ao que pude notar não difere da lógica simples do camponês. Porém, trato por especialmente complexa porque a relação entre as famílias é muito forte, sutil e delicada tratarei das relações sociais estabelecidas pelas mulheres do Rio Grande no capítulo seguinte.

As fronteiras étnicas não deixaram de existir, tanto que todos os dias durante meus trabalhos e observações participantes, eu era de algum modo lembrada pelos moradores em um determinado momento, que eu não de lá de forma sutil e contraditoriamente acolhedora. Dessa forma, relatarei um desses episódios em que fui lembrada da minha condição de *outsider*.

Em uma manhã o encarregado do projeto habitacional que a comunidade foi beneficiária, chegou para conversar com um representante do Rio Grande, para resolver assuntos acerca do projeto, ao notar minha presença logo indagou D. Benedita que estava na cozinha ao meu lado:

- *De onde é essa moça aí?* (fazendo um gesto com a cabeça para indicar minha direção) *Por que eu nunca tinha visto ela aqui no Rio Grande.*

E D. Benedita respondeu prontamente:

- *De onde ela é eu num sei! Eu sei que agora ela tá aqui fazendo bolo mais nós.*

Nesse momento pude perceber que a comunidade me acolheu e estava cuidando de mim, como algumas mulheres mais velhas me disseram por várias vezes. Porém, eu não era filha de lá, e as fronteiras étnicas do Rio Grande continuavam firmes para aqueles que não pertencem ao território, e se estende até os locais mais distantes para acolher os filhos que saíram.

De maioria católica a comunidade realiza anualmente dois festejos um em homenagem a Santo Antônio e o outro para Nossa Senhora Aparecida. O festejo que mobiliza toda a comunidade e os filhos não estão no território é o de Santo Antônio, que atrai promesseiros da sede do município de Bequimão e de outras comunidade vizinhas para pagarem suas promessas ou mesmo agradecer as bênçãos atribuídas ao Santo em Rio Grande, tratarei acerca do festejo no capítulo III deste trabalho.

Dessa forma, continuarei o capítulo tratando acerca da construção social do festejo de Santo Antônio nessa comunidade quilombola

Segundo uma de nossas informantes D. Elza, os primeiros habitantes do Rio Grande foram morar na cabeceira do Rio dos Fugidos oriundos de um processo de autolibertação, vindos de uma fazendas próximas, entre elas uma chamada Ariquipá, existe atualmente uma comunidade quilombola batizada com esse nome.

Os moradores do Rio Grande não sabem precisar a data em que a comunidade “nasceu”, mas nos contam as histórias que ouviram de seus avós/avôs que seus pais e avós contavam sobre os moradores da cabeceira do Rio, onde construía suas casas de taipa, plantava seus alimentos e produziam farinha para se alimentar e sustentar seus filhos/filhas.

“De acordo com depoimentos dos moradores mais antigos, é sabido que a comunidade existe a mais de 200 anos, e o território já foi área de ocupação indígena e, posteriormente, de ex-escravizados que no processo de autolibertação, fugiam das fazendas vizinhas” (Furtado, 2012, p.110).

As famílias que já viviam na cabeceira do Rio dos Fugidos foram crescendo e se espalhando cada vez mais pelo território, as roças começaram a ser mais distantes das casas. Existia apenas uma família que morava no *Sítio Velho*, local onde atualmente está construída a capela de Santo Antônio.

Nesse sentido, a partir do trabalho etnográfico realizado por Sá (2007), entre os camponeses do litoral ocidental maranhense nos anos 70, a designação *sítio* refere-se, em alguns casos, às áreas de plantio afastadas dos locais de moradia, que

no trabalho da autora é caracterizado como “centro”, e que só existe de forma relacional a categoria *sítio*.

Sem vínculos eclesiais, a capela foi erguida no terreno da família Rodrigues por um pagador de promessa, que prometeu fazer a igreja de Santo de Antônio e deixar lá para ele (a imagem), como conta D. Ildene: “*Aí, ele foi embora daqui do Rio Grande para morar em Bequimão, mas, disse que um dia ia fazer a igreja de Santo Antônio, quando foi um tempo, ele veio, mandou fazer e entregou a chave pra nós*”. Dona Ildene é casada com o herdeiro da guarda da imagem do Santo que historicamente pertence à família do Sr. Luís Mariano Dias.

Em conversa com dona Elza uma das moradoras do Rio Grande indaguei acerca do povoamento da comunidade e ela conta que:

Não, eles *contaro* o seguinte: que quando, quem foi os primeiros moradores daqui foi uma mulher chamada Joana e o marido dela era Julião e eles *começaro* a fazer família aqui, eles me *contaro*, né. E a Joana veio de *Boenosaire* e ele da Paraíba, aí eles dois, eram marido e mulher, e *ficaro* aqui foi as primeiras famílias que foro moradores daqui. E aí, nessa época que surgiu essa festa aqui. Eles *fizero* porque, ó, nessa época eles fundou o Forró de Caixa, eles *chamavo* uma época de Bambaê de Caixa, era, uma época era! E aí, fundou também o Tambor de Crioula que até hoje é uma tradição da comunidade.” (Conversa informal em 08 de junho de 2016)

A imagem de Santo Antônio foi levada para a comunidade por essa mulher que segundo dona Elza, se chamava Joana. Depois de receber graças que foram atribuídas ao Santo, ela organizou o primeiro festejo para agradecer ao Santo todas bênçãos.

Os moradores contam que no primeiro festejo foram rezadas ladainhas que os mais velhos conheciam e outras que tinham aprendido nos lugares onde moraram antes de ir pro Rio Grande, depois era tocado o *Bambaê de Caixa*, hoje conhecido como Forró de Caixa, manifestação cultural que D. Elza é uma das tocadoras, como conta dona Elza no relato anterior, e o tambor de crioula era dançado pelas mulheres e tocado pelos homens do território. Mesmo toda a comunidade se envolvendo no festejo, a incumbência de proteger a imagem e organizar o festejo ao Santo Padroeiro era da família Rodrigues e continua a ser até os dias atuais.

Conta-se que após a chegada da imagem as roças ficaram mais produtivas, as criações de animais aumentaram e a comunidade prosperou, benfeitorias atribuídas a Santo Antônio que foi adotado como padroeiro e protetor da comunidade.

Com o passar do anos/séculos as novenas em agradecimentos foram celebradas por aquelas famílias que se sentiram gratas pelas bênçãos/milagres e queriam agradecer ofertando uma “joia” a Santo Antônio, ou celebrando um a novena, dona Ildenê esposa do atual “dono” do Santo, conta que era preparado um escaldado<sup>1</sup> “*eles fazia escaldado, todo mundo comia esse escaldo*” que era/é feito com farinha e água/leite e era servido para todos os participantes da celebração.

Os moradores da comunidade não sabem precisar quando começou o festejo de Santo Antônio, mas, sabem que possui mais de 200 anos, porque, seus avós já realizavam o festejo e os avós deles também e nenhum consegue lembrar quando começou. Então, podemos perceber que há no mínimo cinco gerações o festejo em honra a Santo Antônio vem sendo realizado no Rio Grande.

A escolha de Santo Antônio como seu padroeiro nos remete a luta mantida contra o sistema escravagista que perdurou por três séculos trazendo aos descendentes dos escravizados heranças terríveis de um passado de opressão e tortura.

Porém, a luta pela liberdade e a resistência mediante o Estado Português aos que se uniu contra as Leis da época proporcionou uma ressignificação a essa herança que em tese deveria envergonhar os que descendem daqueles que eram bandidos perante o Estado, porém esse sentimento tornou-se uma motivação para os quilombolas do Rio Grande a lutarem pelo território dos seus antepassados que construíram o Rio Grande.

A partir daí, devido a sua trajetória centenária de luta pelo território a herança cultural deixada pelos africanos que povoaram a cabeceira dos Rio dos Fugidos que deixaram seus “*cacos de memória*” (Furtado,2012, pág.113) possibilitando assim a construção da história da comunidade através da oralidade e da memória daqueles(as) que viveram por tabela tais acontecimentos, o que podemos chamar segundo Pollak de memória herdada.

A produção econômica da comunidade é predominantemente agrícola, a roça que é feita em forma de queima e pousio, a área onde será feita a plantação, é escolhida por volta do mês de outubro de casa ano, onde são separadas e demarcadas com cruzeiras feitas artesanalmente com talos de palmeira de coco babaçu

---

<sup>1</sup> Mingau feito com farinha seca e água/leite, usado geralmente na alimentação de crianças.

cercando toda a extensão da área escolhida, essa demarcação é respeitada por todos os moradores(as) do território (Furtado, 2012).

O cultivo de arroz, milho, feijão e mandioca é predominante nas roças da comunidade, de onde é garantido o sustento e o que/se excedente é vendido ou trocado. No caso da mandioca, somente após a produção da farinha é que os produtores contam quanto a roça rendeu, o que eles chamam de, “apuro da safra” (Furtado,2012).

A apropriação das formas artesanais de produção dos alimentos, o manejo de formas rústicas de pesca, plantio e colheita também nos mostra o domínio de técnicas seculares de trabalhar a terra, de maneira conhecimentos apreendidos ou herdados conhecimento repassado pelos ancestrais dos moradores do Rio Grande, que nos mostram uma genialidade campesina transmitida de geração para geração dentro do território.

Antes da mediação a comunidade não sabia que era sujeito de direitos que serviam/servem como uma maneira de indenizar, ou mesmo reparar, os danos causados aos descendentes do povo africano que sobrevivia como escravo nas senzalas da Colônia portuguesa. Com a assinatura da Lei Áurea, a liberdade lhes foi “concedida”, porém, não lhes foi dada uma compensação pelos três séculos de cativeiro, pelo contrário, os ex escravizados agora eram livres e miseráveis, sem direito à moradia, saúde e/ou educação.

### **1.1. Para pensar a questão quilombola**

Para pensar a questão quilombola no Maranhão necessário se faz entender o contexto histórico dos conflitos pela manutenção dos territórios étnicos.

Após a abolição da escravatura no Brasil a Lei homologada não previa nenhum tipo de indenização aos afrodescendentes recém libertos. As comunidades quilombolas foram homogeneizadas aos olhos do Estado, eram tratadas comunidades camponesas ou comunidades negras rurais, os traços étnicos foram ignorados pelos de fora e preservados em sigilo pelos de dentro.

Ao longo de mais de um século a questão quilombola ficou no esquecimento público e político, discursão que ressurgiu conforme Almeida, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, que afirma:

Exatamente um século e cinco meses após a abolição formal da escravatura a figura do quilombo é reintroduzida no repertório das disposições legais. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988, consoante o Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, assevera o seguinte:

*“Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (ALMEIDA, 2011, p.42)*

Durante o período escravocrata os *quilombola* ou *calhambola* eram considerados criminosos para o Estado Português. Por isso, as comunidades quilombolas mantinham sob sigilo suas localizações e quem fazia parte das comunidades, dessa forma, os territórios e os resistentes eram minimamente protegidos dos capitães-do-mato e das forças do Estado, a definição de quilombo do Conselho Ultramarino era a seguinte:

*“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. (Conselho Ultramarino:1740 apud Almeida, 2011).*

Assim eram conceituados os **quilombos** ou **mocambos** no século XVI, os africanos e seus descendentes que resistiam ao sistema escravocrata e decidiam unir-se aos que compartilhavam a mesma insatisfação que os levavam a fugirem para as florestas e matas densas do território da colônia portuguesa.

Na esperança de conseguirem ter liberdade para recomeçarem suas vidas com autonomia dentro dos costumes e tradições de seus povos, que com a escravidão foram ressignificados e externalizados nas senzalas, e posteriormente, nos quilombos, locais sumidos pelos escravizados como ramificações de seus lares, nesse contexto destaco a religiosidade como uma das expressões mais fortes da ressignificação dos costumes daquele povo.

A construção do Rio Grande seguiu as mesmas diretrizes de resistência a opressão e o território começou a ser povoado por algumas das pessoas que se abrigaram nas margens da cabeceira de um Rio, bem caudaloso do território, local de difícil acesso até hoje. O rio localiza-se no *“pé da custaneira”*, é como os moradores chamam as serras, próximo ao local onde fica a piçarreira do Rio Grande.

Os moradores mais velhos contam que lá foi onde os primeiros fugidos fizeram morada, levantaram casa, fizeram seus roçados e começaram a viver com autonomia e suas trajetórias deram nome ao Rio, que hoje é conhecido como Rio dos Fugidos.

No entanto, descendem dos que resistiram e lutaram contra a opressão, e os pilões que são encontrados lá, são utilizados para o beneficiamento dos alimentos produzidos nas roças, e na produção de ingredientes para a elaboração de receitas seculares, reproduzindo assim, um território autônomo.

Podemos observar que a herança cultural de um povo tradicional constrói suas individualidades dentro das coletividades que constituem as comunidades quilombolas. A cooperação, o respeito as regras sociais estabelecidas pela oralidade, sem que aja nenhuma constituição ou mesmo contrato, são eficazes para o controle social.

Os *quilombolas* ou *calhambolas*, como eram chamados, eram fugitivos considerados criminosos segundo as Leis da época, e por isso eram tratados como infratores e se capturados, sofriam severas punições, consideradas justas conforme julgavam os representantes da metrópole.

Alguns negros se tornavam caçadores dos seus semelhantes “fugitivos”, eles eram seduzidos pelo dinheiro e pela promessa de alforria. Eles eram os Capitães do Mato, que por compartilharem das mesmas condições sociais, conseguia conquistar a confiança dos outros escravizados que conheciam o caminho para chegarem aos quilombos, e permaneciam nas fazendas porque, eles/elas eram o elo de contato dos quilombos com as fazendas.

Com a Revolução Industrial o capitalismo ganhou novas roupagens, a acumulação de capital tornou-se maior e mais rápida, porém, com o passar do séculos os mercados europeus e norte-americanos foram saturando, algo que não havia sido previsto pelos grandes empresários capitalistas, dessa forma, foi necessário pensar em uma solução para sanar o problema inglês da falta de mercado consumidor.

A solução encontrada foi abolir a escravatura em todo o mundo e tornar os africanos e indígenas parte do mercado consumidor, inserindo-os nessa lógica capitalista, tornando-os empregados assalariados. Algo que não se difere da escravidão, com a diferença que nesse sistema os próprios agentes consentiriam a

exploração de suas forças de trabalho, visto que a expansão do capitalismo esmagaria os que não possuíam meios de produção.

O que foi suficiente para que as metrópoles colonizadoras do mundo “pedissem” o fim da escravidão nas colônias de toda a Europa. O Estado Português por sua vez, não tinha como dar continuidade a produção das monoculturas apenas com os patrícios que se encontravam em solo brasileiro, e nem tinham como pagar pelo trabalho daqueles(as) que outrora trabalhavam sem maiores custos. O que fez o Estado Português resistir por anos a fio com o sistema escravocrata.

Porém, as alianças políticas não poderiam ser subestimadas, algo que Portugal não levou em consideração, e em 13 de maio do ano de 1888 a Princesa Isabel assinou a Lei nº 3.353, a Lei Áurea, que abolia a escravidão no Brasil, No entanto, não concedeu aos ex escravos uma compensação pelo tempo de trabalho e pelas injustiças históricas sofridas ao longo de três séculos de escravidão.

Após a abolição da escravatura o Estado adotou uma postura que ignorava a existência das comunidades quilombolas no território “brasileiro”. Os quilombos foram tratadas como comunidades camponesas, sem que houvesse nenhuma preocupação com as suas especificidades, no sentido de indenizá-las, reaparecendo vários anos depois recebendo a nomenclatura de comunidade negras rurais e só em 1988 com a promulgação da Constituição Federal brasileira, é que as comunidades quilombolas foram novamente inseridas como sujeitos de direitos conforme Almeida afirma:

“exatamente um século e cinco meses após a abolição formal da escravatura a figura do **quilombo** é reintroduzida no repertório das disposições legais. A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, consoante o Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, assevera o seguinte:

*“Aos remanescentes das comunidades de quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.* (Almeida, 1996, p. 16)

Almeida critica a interpretação dos legisladores responsáveis acerca de suas não preocupações em pensar o conceito de quilombo por uma perspectiva engessada do ponto de vista da antropologia contemporânea. Embora considere um grande ganho para as comunidade remanescentes de quilombo terem assegurados

pela Constituição Cidadã o direito a titulação permanente dos territórios ocupados há séculos.

A crítica consiste no fato de a ressemantização do conceito de quilombo não ser levada em consideração pelo Estado e o quilombo é até hoje ser trata como aquela descrição do Conselho Ultramarino. No entanto, o quilombo vai além dos “*cinco ou mais negros reunidos em parte despovoada*”, segundo Almeida:

Uma leitura possível é que os legisladores teriam partido do passado para chegar à idéia de **quilombo** e o tratam como mera “sobrevivência, reeditando elementos da definição jurídica do período colonial. Mantendo-se tal definição o estado de “escravo fugido” e longe dos domínios das fazendas persistiria, de certo modo, como identificação legal. (ALMEIDA, 2011, p.42)

Dentro da perspectiva do Estado, as comunidade permaneceriam engessadas desde o período escravocrata até a atualidade, por isso, o Artigo que trata da regularização fundiárias dos territórios das comunidades quilombolas está inserido no Ato das Disposições Transitórias.

Como se as comunidade fossem raras, no Brasil, um país de dimensões continentais, que foi colônia de exploração por mais de três séculos, e tinha como maior fonte de lucro a produção agrícola no modelo *plantation*.

As lavouras eram cultivadas inicialmente por indígenas capturados, porém os ameríndios não eram tão resistentes as condições de trabalhos as quais eram submetidos e muitos não resistiam, outros fugiam para as matas onde lutavam contra seus captoras por sua liberdade. Dessa forma, a mão-de-obra africana escravizada foi inserida e espalhada por todo o território colonial, afim de aumentar a produção matéria para as indústrias europeias.

Analisaremos posteriormente as formas de resistência e ressignificação que resultaram da exploração dos africanos dentro da colônia portuguesa, que deu origem a “Nação” brasileira, detentora dos territórios dos povos originais e das comunidades quilombolas existentes em terras ditas brasileiras.

Como esses povos e comunidades tradicionais resistem atualmente as imposições do Estado brasileiro, nesse caso, em particular da comunidade quilombola do Rio Grande, que aciona sua identidade na luta por políticas públicas específicas para quilombolas, no domínio do preparo do festejo de Santo Antônio.

## **1.2. Festejo de Santo Antônio: etnicidade e luta quilombola na contemporaneidade**

As comunidades quilombolas lutam contra as desigualdades desde de que foram fundadas. Se auto definir atualmente requer coragem para enfrentar o mundo dominado por brancos que em sua maiorias lutam para desapropriar e dizimar as populações tradicionais do Brasil, visto que as Leis e decretos que asseguram o bem-estar material e imaterial dessas comunidades depende do Estado, os direitos são acessados majoritariamente mediante ao enfrentamento feito diariamente pelos moradores do Rio Grande.

As manifestações religiosas de matriz africana ou ameríndia dentro do território representam a expressão da fé e da resistência ao poder do Estado, que desde a escravatura vem tentando deslegitimar as comunidades quilombolas, no intuito de expulsa-los de seus territórios e conceder suas as “terras” ao capital.

A compreensão do Estado acerca do que seria um território étnico é bastante reduzida simplista, visto que ao manifestações culturas, a lógica própria de povoamento, as formas artesanais e ancestrais produzir o alimento, a coletividade, autonomia e os saberes seculares componentes que formam o território, e que sem eles, de fato existiria apenas terras a serem desocupadas.

No entanto, o Rio Grande é um território de quilombola onde os moradores realizam anualmente o festejo de Santo Antônio, onde a comunidade se une em prol do sucesso da execução das festas que compõem o festejo. As festas consistem nos dias de novena, os quais os devotos, suas famílias e amigos convidados reúnem-se para trabalhar coletivamente para a o *fazimento* dos bolos dos novenários e dos rezadores que participarão da reza que será celebrada a noite.

Pude observar que no Rio Grande, Santo Antônio é um padroeiro libertador e protetor, os moradores acreditam que o Santo os protege dos males externos, que se encontram além das fronteiras do Rio Grande. E segundo relatos a chegada da imagem a comunidade trouxe muitas bênçãos, as roças se tornaram mais produtivas, as criações de animais aumentaram e a comida não ficou escassa na mesa dos moradores.

Podemos analisar a visão que Santo Antônio tem no para os seus devotos na comunidade do Rio Grande e segundo Furtado:

Para um olhar ilustrativo sobre as alterações de sentido pelos quais vão passando determinados conceitos, classificações ou mesmo celebridades, podemos cotejar a visão que Santo Antônio exerce no imaginário da comunidade do Rio Grande, com o registro historiográfico que se tem desse representante da religiosidade colonizadora e sua relação com o processo de escravidão no Brasil. (FURTADO, 2012, p.181)

A memória de Santo Antônio é passada pela igreja católica como um *santinho* “*casamenteiro dos folguedos juninos*”, completamente diferente da memória dos moradores do Rio Grande, no qual ele é sinônimo de coragem, força, fé, e liberdade visto que o Santo ajudava os quilombos em tempos de perseguições por parte do Estado para tentar destruí-los.

A autora destaca a partir das análises de Mott (1996) que a figura de Santo Antônio era historicamente de Santo capitão-do-mato, essa representação acerca da figura do santo se deu a partir da participação de destaque na vitória contra o quilombo dos Palmares, que Santo Antônio era um militar atuante contra as comunidades quilombolas no intuito de exterminá-las. A autora trata ainda de um aspecto curioso da relação estabelecida entre os devotos, sendo os donos de escravos, que pediam ao Santo reparação de suas perdas, nesse caso, das suas “peças” perdidas no mato.

A devoção a Santo Antônio na comunidade do Rio Grande confirma “aspectos simbólicos que configuram sentido de pertença a uma determinada comunidade e são construtos históricos” (FURTADO, 2012).

Durante minhas observações participante, não observei sinais de representação pela comunidade de Santo Antônio como capitão-do-mato, mas de um santo reparador, que luta pelos desfavorecidos e os liberta das injustiças, uma visão romantizada sobre a existência de Santo Antônio.

A devoção a Santo Antônio em Rio Grande pode ser entendida neste caso, como uma relação de apropriação das crenças de seus antigos “donos” pelos ex-escravizados, de modo que, no contexto de libertação /alforria as súplicas dos africanos feitas ao Santo atendidas e o mesmo não pôde mais interceder pelos donos das fazendas, tornando-se intercessor dos desfavorecidos, nesse contexto os alforriados.

A comunidade do Rio Grande foi agraciada e o Santo foi aquilombado, segundo Furtado:

O que se observa na prática é que enquanto uma instituição social, de conteúdo religioso, materializado na imagem do Santo, esse significado é acionado de acordo com as demandas históricas de perpetuação ou sublevação do poder. Não é possível um discurso monolítico de quanto à “atuação do Santo”, sobretudo quando da imaterialidade de suas ações, descritas na história e memória de devotos. O que percebe é uma nítida construção discursiva da “verdade”, sendo esta confrontada e estabelecida como tal, de acordo com as tensões, acordos e dominações exercidas em determinados momentos históricos. (FURTADO, 2012, p. 184-185)

As ressignificações observadas atualmente nas comunidades quilombolas fazem parte de uma dinâmica construção de enfiamento e acionamento da etnicidade das comunidades quilombolas, neste caso, da comunidade quilombola do Rio Grande.

Neste capítulo, buscamos compreender através história da comunidade, aspectos que nos possibilitassem discutir acerca do conceito de quilombo, na tentativa de analisar a ressematização desse conceito, afim de possibilitar as interpretações que carecem ser feitas dentro das instituições políticas que controlam a democracia afim de assegurar direitos específicos aos sujeitos de direitos.

Analisarei o próximo capítulo as relações sociais estabelecidas entre as mulheres do Rio Grande dentro do “domínio” do preparo do festejo de Santo Antônio. Buscando entender através a lógica que orienta a cooperação e motiva a participação nessa produção.

## 2. As redes e rixas que envolvem o preparo do festejo de Santo Antônio

A configuração das relações sociais na comunidade do Rio Grande especialmente no “domínio” do preparo do festejo de Santo Antônio sempre foram alvo das minhas observações desde de 13 de junho de 2014, ano em que participei pela primeira vez do festejo. Não pude observar todo o processo de produção do festejo, mas pude conhecer sua culminância, a *festa grande* e soube por moradores como seriam os procedimentos iniciais para produção do festejo. Desde então, busquei conhecer e entender as configurações sociais do Rio Grande para a organização do festejo de Santo Antônio.

Desse modo, irei apresentar neste capítulo como acontecem as divisões sociais das atividades, o envolvimento coletivo entre as mulheres e como a comunidade assume as obrigações com Santo Antônio agradecidos pela honra de estarem trabalhando para ele.

No Rio Grande o festejo de Santo Antônio é um dos maiores acontecimentos do ano para comunidade, devido à grande quantidade de recursos financeiros e pessoais empregados para o acontecimento do festejo. Toda a comunidade se envolve na preparação, desde o *fazimento* dos bolos, que será explicado mais adiante, a confecção das bandeirinhas para enfeitar capela, o barracão e o clube, feitas pela comunidade.

As responsabilidades financeiras e sociais com o preparo do festejo começam a ser estabelecidas um ano antes de ela acontecer, ao final de cada festejo, precisamente no dia 13 de junho, dia de Santo Antônio segundo o calendário litúrgico católico. A dona do Santo escolhe os/as novenários/as que serão responsáveis pelas novenas do festejo no ano seguinte. Acerca dessa divisão feita pelos *festeiros*, Prado (2007) afirma:

“a novena apresenta há bastante tempo, outro aspecto, qual seja o de desdobrar a festa do dia em outras tantas festas. É bem verdade que as comemorações das novenas, por serem uma cópia da principal apresentam um esquema bem mais simples. Geralmente, as noitadas consistem na reza, seguida do espoucamento de foguetes e do oferecimento de uma mesa de café com bolo pelo responsável da noite. Tudo indica que estas iniciativas eram de responsabilidade do próprio juiz (*o festeiro*) que arcava, assim, com as despesas das nove noites e do dia da festa. Na tentativa de distribuir responsabilidades e gastos é que foi criado o cargo de *mordomo* (“*novenário*”) que se incumbem de cumprir em ponto muito menor, é claro, o papel de quase um dono da festa. A escolha desses mordomos é, até hoje, da alçada do

*festeiro*, coordenador e autoridade central de todos os festejos” (PRADO, 2007, p.83).

Cientes de suas obrigações com Santo Antônio os/as novenários/as começam a convidar as mulheres e os homens do Rio Grande e de comunidades vizinhas para ajudarem em seus dias de novena, garantindo que o serviço prestado será retribuído no dia da novena de cada convidado, ou mesmo, em uma outra situação.

As responsabilidades dos/as novenários/as em seus dias de novena são: garantir que cada novenários receba um bolo de tapioca com uma garrafa de refrigerante de 250 ml embalados em papel celofane, disponibilizar água, refrigerante e vinho aos rezadores durante a reza e café com bolo ou pão para todos os presentes ao final da celebração da novena.

Todas as despesas mencionadas anteriormente são de responsabilidade dos novenários, seguindo a ordem dos dias do festejo que se inicia no dia 31 de maio e vai até o dia 13 de junho. A novena do dia 31 de maio é sempre de responsabilidade do dono da festa, e segue os mesmo rituais das novenas de feitas no mês de junho. D. Ildene explica porque são sempre os donos do festejo que iniciam as novenas: “*é, a gente que faz a novena do dia 31 de maio, porque foi nós que começamos, né? Então gente que tem que continuar*”, remetendo-se ao uma responsabilidade herdada.

Tendo em vista que a responsabilidade com a novena que acontecerá a noite não se resume apenas as atividades noturnas, tratarei aqui a novena como o dia de novena. Os/as novenários/as precisam iniciar os trabalhos dias antes do dia da novena, é necessário juntar o coco babaçu e quebrá-lo, para fazer o azeite com uma parte das amêndoas e no dia de novena amassa-las no pilão para extrair o “vinho”<sup>2</sup>, ingredientes para o fazimentos dos bolos, é preciso também, juntar ou comprar o *coco manso*<sup>3</sup>, fazer a tapioca.

Todos esses trabalhos necessitam de mão-de-obra especializada para sua execução, dessa forma os/as novenários/as convidam familiares, vizinhos, compadres e comadres para contribuírem em seu dia de novena, esse convite é feito assim que o/a novenário/a tomam conhecimento de suas responsabilidades no ano seguinte.

---

<sup>2</sup> Nome dado pelos moradores do Rio Grande ao leite extraído da amêndoa do coco babaçu;

<sup>3</sup> Também conhecido como coco da praia ou da Bahia (apud FURTADO, 2012)

O convite para fazer parte dos trabalhos do dia da novena, como o *fazimento de bolo*, na reza e na festa caso aconteça, atribui prestígio ao convidado perante a comunidade, valorizando o trabalho e a amizade, da mesma forma que o dono da novena também é visto pela comunidade quando todos os seus/suas convidados/as comparecem e ao seu dia de novena.

Para os moradores/as do Rio Grande o convite é um ato de profunda consideração da parte do dona da novena, e o não convite significa exatamente o contrário, e ainda tem os convites que são feitos em cima da hora como eles dizem, feito um ou dois dias antes do dia da novena.

As mesma forma que convidar com antecedência proporcionar um estreitamento dos laços afetivos e sanguíneos, o convite feito *em cima da hora* não é visto com bons olhos. Conversei com D. Sônia que compareceu no dia da novena do dia nove de junho, porque havia sido convidada em cima da hora, conforme relato:

*“Não deu pra eu vim porque tava lavando roupa, e também porque me chamaram em cima da hora, ontem foi que Terezinha veio me chamar, eu já tava com minhas roupas tudo sujas... Nunca vi chamar pro fazimento de bolo assim, a gente tem que se organizar pra poder vim.”*  
(D. Sônia, Conversa informal no dia 09 de junho de 2016)

O não comparecimento de um convidado no dia da novena denota que há algo muito grave acontecendo entre eles. Alguma rixa que precisa ser resolvida, e uma maneira de dizer que as coisas não estão bem é não ir ajudar no *fazimento de bolo*.

Durante minha estadia na comunidade do Rio Grande ocorreu uma situação similar a descrita a cima, farei um breve relato do ocorrido mantendo em sigilo as identidades das envolvidas.

No sétimo dia de novena uma mulher que havia sido convidada a quase um ano para ajudar no *fazimento de bolo* daquele dia não compareceu e nem suas duas filhas adultas e seus cinco netos/as. Essa ausência foi o assunto de muitas conversas entre as outras convidadas que estavam presentes. A convidada que se recusou a ajudar no *fazimento de bolo*, só participou da novena.

Depois de entregues os bolos dos/as novenários/as e servido o café com bolo dos participantes da reza a radiola de reggae contratada para animar a noite começou a tocar, algumas pessoas estavam consumindo bebidas alcoólicas (cerveja,

vinho ou conhaque) e outras estavam lá apenas observam o movimento. A dona da novena, como eles chamam a esposa do novenário, visivelmente desconfortável com aquela situação chamou D. Ildenê para lhe dizer que ia falar com a convidada para conversar e tentar resolver a rixa que naquele dia havia sido exposta para toda a comunidade.

Dessa forma ela seguiu em direção a mulher, que estava consumindo cerveja, o que já caracterizava uma forma de ajudar, visto que o lucro do *butiquim*<sup>4</sup> é do novenário responsável, elas começaram a ter uma conversa de *pé de ouvido*, visto que o volume da radiola impossibilitava uma conversa convencional. Não pude ouvir o que elas estavam falando por isso indaguei a D. Ildenê que estava ao meu lado, sobre o porquê de a dona da novena está tão incomodada por causa daquela situação. A resposta que tive foi a seguinte: “*ela tinha que sentir na pele!*”. O fato que ocasionou a rixa ocorreu em um churrasco que aconteceu na comunidade do Rio Grande em fevereiro onde a dona da novena teceu um comentário sobre a família da convidada que a desagradou quando ficou sabendo.

Presenciar essa situação foi importantíssimo para este trabalho, tendo em vista que naquele momento pude observar uma situação que jamais poderia ou seria descrita por qualquer pessoa do Rio Grande. Pude perceber o quão importante são as relações de cooperação estabelecidas dentro daquela comunidade, o quanto o senso de coletividade é levado em consideração no domínio da produção do Festejo.

Analisarei a seguir as relações fortalecidas e as estabelecidas no domínio da produção do festejo, trazendo aspectos que evidenciam os traços/laços étnicos que norteiam as práticas seculares utilizadas para agradecer a Santo Antônio e nesse interim fortalecer os laços fraternos e de compadrio dos/as moradores/as do território do Rio Grande.

Para entender como se dá o comprometimento das famílias do Rio Grande na preparação do festejo de Santo Antônio é necessário entender como se configurou a construção da comunidade, qual a relação dos moradores/as com Santo Antônio. O preparo une as famílias proporciona interações sociais, traz para o Sitio Velho pessoas que a muito não se viam, ou mesmo não se falavam, o ato de convidar é uma

---

<sup>4</sup> Parte coberta de palha com um pequeno balcão reservada para a venda de bebidas alcoólicas.

forma de dizer aos outros/as que eles/as são importantes e necessários e suas ausências causa um constrangimento público.

No Rio Grande as rixas, os conflitos são criados e resolvidos publicamente, para que a comunidade saiba o início e o final do desentendimento. A lógica de resolução de conflitos foge aos padrões urbanos, e é extremamente eficaz. A própria comunidade faz o controle social dos fatos, procurando sempre uma maneira coletiva de sana-los.

## **2.1.A divisão social das atividades no festejo de Santo Antônio**

A ação do indivíduo não é condicionada não pelo próprio indivíduo, mas pela coletividade, que é regida por regras sociais estabelecidas pela consciência coletiva de cada sociedade. Na perspectiva de Durkheim (2010), na solidariedade orgânica, o Estado está dissolvido na possibilidade de existência da sociedade, tornando as relações sociais extremamente complexas.

Nas sociedades simples, onde não há Estado, os fundamentos que regem a organização social dessas sociedades são religiosos. Devido essas sociedades serem extremamente simples, os órgãos (escola, igreja e a família) responsáveis pelo controle social daquela sociedade cumprem minimamente seus papéis sociais. Fato que exclui as sociedades simples de uma racionalidade burguesa, visto que elas são racionalidades totalmente tradicionais que possuem fundamento religioso, conforme Durkheim que afirma:

Procede-se como a religião formasse uma espécie de entidade indivisível, quando ela é um todo formado de partes; é um sistema mais ou menos complexo de mitos, de dogmas, ritos, de cerimoniais. Ora, um todo não pode ser definido senão em relação às partes que o formam. É mais metódico, portanto, procurar caracterizar os fenômenos elementares dos quais toda religião resulta, antes do sistema produzido por sua união. (DURKHEIM, 1996)

A organização social do Rio Grande é simples, fundamentada na religião e possui uma racionalidade tradicional, o que nos possibilita entender a solidariedade mecânica existente no território, que rege a divisão social do trabalho no que tange ao domínio do preparo do festejo de Santo Antônio.

É nessa perspectiva da solidariedade mecânica do Rio Grande que iremos abordar as divisões sociais do trabalho no domínio do festejo de Santo Antônio.

As responsabilidades com o preparo do festejo começam a ser compartilhadas com a comunidade um ano antes, quando a dona do Santo D. Ildenê nomeia os/as novenários/as, na comunidade esse ato é conhecido como dar a novena. A partir dali, cada novenário/a divide a responsabilidade da novena convidando os/as trabalhadores/as para ajudar no fazimento de bolos.

As provisões que serão consumidas no dia da novena, também começam a ser feitas a partir do momento em que a responsabilidade é atribuída, visto que, todas as despesas da novena são compromisso do/da novenário/a.

O dia de novena inicia-se com a alvorada de foguetes que são atirados ao amanhecer, para acordar os convidados e chama-los para iniciarem os trabalhos no Sítio Velho, local onde se localiza a igreja de Santo Antônio e a cozinha nas dependências para o preparo dos bolos.

O/A novenário/a e os membros mais próximos da família são os primeiros a chegar levando os ingredientes para o *fazimento de bolo* e a comida para preparar o almoço dos/as trabalhadores/as envolvidas nos trabalhos. O almoço sempre é necessário visto que as atividades não findam antes das treze horas.

Antes do dia da novena as mulheres são convidadas para o quebramento de coco feito na casa do/a novenário/a. Em tempos pretéritos o quebramento de coco era feito no barracão do Sítio Velho, mas conforme relatos “*não estava mais dando certo, por isso que agora cada um quebra seu coco e leva só as emendas<sup>5</sup> para amassar no Sítio*” (Santinha, entrevista dia 09/06/2016). Tive a oportunidade de participar de um quebramento de coco na casa da entrevistada, conforme mostra a foto abaixo:

---

<sup>5</sup> Nome dado a amêndoa do coco babaçu.



Foto 1: Mulheres fazendo o quebramento do coco babaçu na casa de Santinha  
Autora: OLIVEIRA, A. P, 2016



Foto 2: Mulheres fazendo o quebramento do coco babaçu no Sítio Velho  
Autora: OLIVEIRA, A. P, 2016

A maioria das mulheres do Rio Grande sabem quebrar coco babaçu, isso se deve ao fato de a venda da amêndoa ser uma fonte de renda para as famílias da comunidade. Elas se reúnem para fazer o quebramento num sistema interno de troca de dias de serviços, todas que estão presentes algum dia irão precisar da colaboração da dona do quebramento, nesse caso a Santinha, ou já estão devendo um dia de serviço.

Assim como no quebramento, outras atividades coletivas são feitas nesse mesmo sistema.

Para o *fazimento de bolo* a família, os compadres/comadres e os amigos se envolvem nos trabalhos e os outros/as novenários também ajudam nas atividades visto que que eles/as precisam de ajuda em seu dia de novena. Nem sempre todas as famílias se envolvem o dia inteiro nas atividades, mas nos momentos em que estão presentes, ajudam no que podem, e sempre deixam um filho ou filha que não tem outro compromisso para continuar presente no Sítio Velho. Essa prática serve para demonstrar que seu comprometimento com o novenário é verdadeiro.

Não há critérios preestabelecidos para a divisão das tarefas, elas são divididas espontaneamente entre as pessoas presentes na hora que as atividades precisam ser executadas. Cada um vai fazendo aquilo que sabe fazer e o que está sendo necessário no momento. Não há divisão entre gêneros para atividades, quem sabe faz.

A primeira atividade feita no dia de novena é a extração do “vinho” do coco babaçu. Para conseguir o “vinho” é preciso socar as amêndoas no pilão, lavar os farelos dentro de cuias furadas, e armazenar o vinho grosso dentro de grande panelas, chamadas de caldeirões. Em seguida voltar os farelos maiores para o pilão e juntá-los às amêndoas que ainda restam dentro da bacia com água, onde foram colocadas para serem limpas antes de serem amassadas. Após todas as amêndoas serem amassadas, todo o farelo é misturado ao vinho grosso, que em seguida será lavado e coado em cuias de furos pequenos, o que fará a diluição do vinho, deixando-o no ponto para ser utilizado.

Na hora de extrair o “vinho” geralmente são os homens que socam as amêndoas no pilão, algumas mulheres que sabem utilizar o pilão, se juntam aos homens para realizarem essa atividade juntos. Dessa forma, constatei que os homens ajudam a socar das amêndoas, e as mulheres lavam os farelos para serem recolocados dentro do pilão novamente para o máximo aproveitamento das amêndoas.

As imagens abaixo mostram os procedimentos descritos anteriormente:



Foto 3: Mulheres lavando os farelos das amêndoas do coco babaçu  
Autora: OLIVEIRA, A. P, 2016



Foto 4: Envolvimento coletivo para a extração do “vinho” da amêndoas do coco babaçu  
Autora: OLIVEIRA, A. P, 2016



Foto 5: Homens socando as amêndoas do coco babaçu  
Autora: OLIVEIRA, A. P, 2016



Foto 6: Mulher ajudando a socando as amêndoas do coco babaçu  
Autora: OLIVEIRA, A. P, 2016

É na produção coletiva do festejo que a comunidade do Rio Grande aciona seus elementos étnicos fazendo a manutenção de seu território através das expressões culturais herdadas dos seus ancestrais africanos e ameríndios, que construíram e ressignificaram aquele território, atribuindo-o significados, nomes e relações que não podem ser catalogadas ou mesmo extraídas da vivência em comunidade.

A exemplo temos as formas de produção do bolos, como são assados, o próprio forno, que utiliza a queima de lenha para aquecer o forno construído de maneira artesanal pelas moradoras da comunidade usando barro, cipós e madeira. A maneira de conduzir o festejo, a organização social, as manifestações culturais realizadas nas festas, elementos herdados culturalmente pelos antepassados dos moradores da comunidade do Rio Grande

O festejo de Santo Antônio representa para a comunidade do Rio Grande a continuidade da tradição, um estreitamento dos laços que foram alargados pelas condições materiais de existência, que fomenta o êxodo rural, ocasionando um alargamento das fronteiras étnicas, que se estendem até os filhos/filhas do Rio Grande que saíram do território, trazendo-os para o preparo do festejo de Santo Antônio para ajudar no *fazimento de bolo*, ou participar da festa grande.

Esse ano uma das novenárias reside atualmente em Brasília, mas sua novena será feita, sua filha e sua irmã que residem na comunidade foram as responsáveis pela novena, já que a dona não estava fisicamente presente, dessa forma, o próprio rezador o Sr. Agnaldo, não reside mais no Rio Grande, mas todas as noites ele está presente nas rezas para rezar junto com os devotos de Santo Antônio na capela da comunidade.

Na luta pela manutenção do território os moradores do Rio Grande, acionam elementos étnicos na construção e manutenção cultural da comunidade, proporcionando aos moradores/as maior empoderamento na luta por reconhecimento e direitos específicos para quilombolas. Esse empoderamento acontece quando a comunidade se auto identifica como remanescentes de quilombolas e percebem quais as suas “armas” contra as instituições políticas que tentam desapropriá-las de seus território e as extinguir.

Na próxima seção faremos uma análise etnográfica das relações sociais entre as mulheres da comunidade, afim de entender as motivações individuais e coletivas que “unem” as mulheres do Rio Grande no *fazimento de bolos* e nas atividades indispensáveis para que o dia de novena aconteça, e todas as obrigações do/da novenário/a sejam cumpridas.

## **2.2. As obrigações com o festejo são de todas: uma análise do envolvimento coletivo entre as mulheres da comunidade**

O aquilombamento de Santo Antônio trouxe a comunidade responsabilidades para com o Santo, dessa forma, as obrigações com agradecimento são coletivas e tradicionais tendo em vista que os atuais moradores da comunidade do Rio Grande não sabem precisar quando iniciou a produção do festejo, mas sabem que precisam dar continuidade.

O festejo de Santo Antônio não é apenas uma expressão da religiosidade dos/das moradores/as da comunidade, mas, uma expressão da identidade construída coletivamente dentro do território ao longo dos mais de dois séculos de existência da comunidade.

O ritual do *fazimento de bolos* do festejo de Santo Antônio evidencia a coletividade e cooperação que existe dentro do território quilombola, onde as diferenças não são tratadas como problemas. Não ser igual não significa não ser do Rio Grande, ninguém é excluído por suas diferenças no Rio Grande, elas são respeitadas e valorizadas.

Em um dos meus dias de trabalho junto com a mulheres que estavam peneirando a tapioca para receber o “vinho” do coco, D. Benedita me contou que o fiscal do projeto de construção habitacional que estava sendo realizado na comunidade lhe questionou sobre a minha origem, queria saber de onde eu era. D. Benedita me falou que disse a ele: - “*de onde ela é eu num sei, só sei que agora ela é fazedeira de bolo daqui!*”. E depois me contou que existem muitos moradores do Rio Grande que não se sabe ao certo de onde vieram, segundo ela, “*eles só chegaro e ficaro, e tem mais de vinte anos que eles tão por aqui*”. É notório na fala de D. Benedita que a comunidade não excluí os necessitados, que quem busca amparo e abrigo no Rio Grande encontra, esse sentimento remete-se ao sentimento de companheirismo herdado dos seus antepassados que acolhiam os “fugidos” que chegavam à comunidade.

No festejo de Santo Antônio as mulheres novenárias e as esposas dos novenários, que são chamadas de donas das novenas, como se fossem nomeadas responsáveis pela novena, se reúnem nas imediações da capela de Santo Antônio, erguida dentro de uma área chamada pelos moradores/as da comunidade de Sítio Velho, local onde mora a família que possui a tutela da imagem do Santo. Abaixo imagens do local onde o *fazimento de bolo* é realizado dentro do Sítio Velho:



Foto 7: Cozinha feita para o *fazimento de bolos* do festejo de Santo Antônio  
Autora: OLIVEIRA, A. P., 2016



Foto 8: Barracão feito para o *fazimento de bolos* do festejo de Santo Antônio  
Autora: OLIVEIRA, A. P., 2016

No dia da novena o novenário e seu núcleo familiar se dirigem ao Sítio Velho bem no início da manhã, entre as seis meia e as sete horas da manhã, levando todo o material necessário para o *fazimento de bolos*. Ao chegar, eles atiram foguetes para avisar aos convidados que os trabalhos já vão começar, chamando-os para comparecerem.

Feito isso as pessoas vão chegando aos poucos, geralmente os convidados são parentes próximos, compadres e comadres e os/as novenários que ainda vão precisar de ajuda em seus dias de novenas. Os trabalhos do dia se iniciam com a extração do vinho do coco babaçu, descrito anteriormente, e em seguida é feita a separação da tapioca, ingrediente principal para o preparo dos bolos.

Separar a tapioca grossa do *cويم*<sup>6</sup> é extremamente importante para que o bolo tenha uma boa qualidade, segundo D. Benedita, que afirma: “*se num separar o cuim dos caroço o bolo num presta, porque o caroço pega mais vinho do quê o cuim, num sabe?*”.

Dessa forma, as *fazedeiras* de bolo fazem a separação da massa com cuias<sup>7</sup> furadas. Após separada a tapioca é corada com azeite de coco babaçu tingido com urucum, “*pra deixar o bolo com uma cor mais bonita*”, afirma D. Josefa.

Em seguida a tapioca é umedecida com o *vinho* de coco babaçu já temperado com sal, e colocada para descansar e inchar. Enquanto a massa descansa, outras mulheres batem os ovos com pedaços de casca de limão para lagar

---

<sup>6</sup> Parte da tapioca que não possui caroços, sendo uma massa homogênea, de fácil amolecimento.

<sup>7</sup> Utensílio feito do fruto de uma árvore da região, denominada *cueira* pelos moradores de Rio Grande.

o *pitiu*<sup>8</sup> até se tornarem uma mistura cremosa e pouco fétida. Depois do descanso os caroços e o cuim são misturados para que sejam acrescentados os ingredientes. A tapioca é misturada com os ingredientes ovos, canela, erva-doce, dentro de bacias de alumínio.

Após os ingredientes serem acrescentados a massa precisa ser sovada, para que aja uma homogeneização. O sovamento é feito dentro de uma *gamela*, utensílio produzido artesanalmente de madeira na comunidade.

Com a massa pronta, as mulheres se organizam para enrolar os bolos, fazendo-os em formatos circulares, alguma fazem desenhos de animais que fazem parte de suas realidades, colocando-os sobre um pedaço de folha de bananeira para assar sem entrar em contato com a terra acumulada no chão do forno.

O forno onde os bolos serão assados foi construído por D. Benedita, filha do Rio Grande. Para aquecer o forno o foguista (homem escolhido pelos novenários para ser responsável pelo forno) insere vários pedaços de lenha e coloca fogo, deixando-as queimar até virarem brasas, que em seguida serão retiradas ainda acesas de dentro do forno, um procedimento que exige muita habilidade e técnica.

Removidas as brasas, é hora de colocar os bolos, para a execução dessa atividade, foi construída uma espécie de pá, com o cabo bem comprido, que possibilita inserir todos os bolos até nos espaços mais distantes de dentro do forno.

Abaixo imagens das atividades descritas anteriormente:

---

<sup>8</sup> Nome utilizado pela comunidade ao odor natural dos ovos.



Foto 9: Preparação da tapioca  
Autora: OLIVEIRA, A. P., 2016

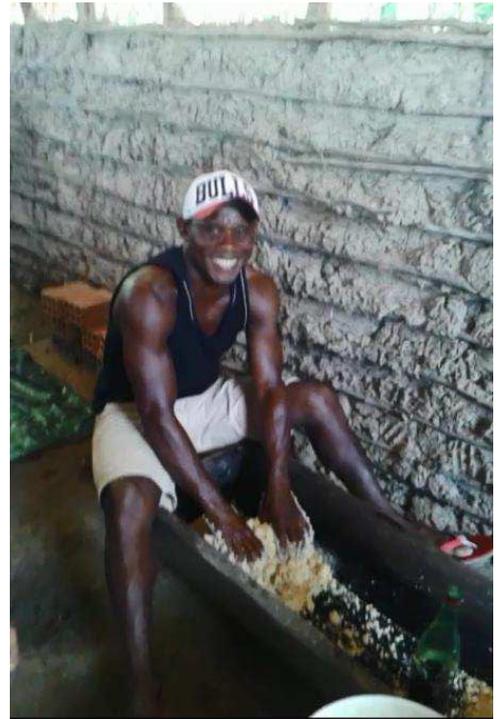


Foto 10: Sovamento da massa  
Autora: OLIVEIRA, A. P., 2016



Foto 11: Pesquisadora ajudando a preparar os anéis de bolos  
Autora: Fernanda Rodrigues moradora do Rio Grande, 2016



Foto 12: Fogista e fazediras colocando os anéis de bolo para assar.  
Autora: OLIVEIRA, A. P., 2016

Observamos que o ritual do *fazimento de bolos* caracteriza-se como uma de grande importância social para o dia de novena. Prática coletiva definida pelas regras sociais do Rio Grande, que norteia as ações de cada morador da comunidade. Acarretando sanção social caso, as ações individuais interferiram de alguma forma na

dinâmica social do preparo do festejo de Santo Antônio estabelecida e mantida secularmente pela comunidade.

As regras sociais do Rio Grande impedem que seus moradores não se sintam na obrigação de participar da organização do festejo, toda a comunidade se envolve de forma direta ou indireta.

Durante o *fazimento de bolo* os trabalhos são divididos por grupos, uns vão preparar o bolo, outros se ocupam em preparar o almoço para ser servido a todas as pessoas que estão presentes no preparo da novena, a maioria das pessoas envolvidas nas atividades são mulheres. Algumas pessoas terminam as atividades mais cedo do outras, e vão se aglomerando embaixo da cobertura onde está localizado o forno, algumas mulheres que tem filhos pequenos se fazem presentes nas dependências do Sítio Velho, mas não podem colaborar em nenhuma atividades, mas permanecem no local até que as outras se desocupem.

Depois das atividades concluídas todas as mulheres se reúnem e começam a conversar sobre suas famílias, as dificuldades vividas por alguns moradores da comunidade, a conduta moral de algumas jovens, os cuidados com os filhos pequenos, as condições da casa, em alguns momentos a conversa segue descontraídas quando o assunto em questão é sexualidade.

Uma das formas de controle social feito no Rio Grande, é feito pelas moradoras da comunidade, que tomam conhecimento de ações individuais que de algum modo ferem a consciência coletiva da comunidade, e começam a tecer comentários reprovando tais atitudes. Essa prática foi observada durante o preparo do festejo, onde após o almoço, algumas mulheres se reuniam nas dependências do barracão e começavam esse ritual, durante minhas observações, essas reuniões espontâneas foram recorrentes em todos os dias que aconteceu o *fazimento* de bolos.

O que nos mostra que o que condiciona a ação do indivíduo não é o próprio indivíduo é a coletividade, tendo em vista que o fundamento da organização social é religioso, que possui uma racionalidade tradicional que não está dentro dos padrões racionalidade burguesa weberiana, é a religião que organiza as práticas e as regras sociais.

Dessa forma, analisaremos no próximo capítulo as práticas religiosas do festejo de Santo Antônio, como a comunidade agradece ao Santo padroeiro, que

outrora fora o intercessor dos donos de escravos, e no contexto de “libertação” tornou-se o redentor dos alforriados, que expressam seu agradecimento por gerações.

### **3. Se a graça é alcançada o festejo é ainda mais animado: o agradecimento a Santo Antônio aquilombado**

Santo Antônio de Lisboa e Divino Imperador  
A vinte e nove de março dos castigos nos livrou  
Jesus Cristo nos deu alma  
O Padre nos a luz  
O Santíssimo sacramento  
Grande nome de Jesus (Caderno de cânticos de uma informante. Transcrito por OLIVEIRA, 2016)

As comunidades quilombolas de fato e de direito possuem especificidades que as caracteriza e que faz com que sua população se identifique com os elementos e características que foram construídos com o território.

A construção dos territórios quilombolas é resultado de relações sociais detentora de elementos indissociáveis que compõem a construção etnicidade da comunidade, conforme afirma Furtado (2012):

“Como construtos das relações sociais, os territórios imbricam-se no tempo compondo numa harmonia dissonante, o imaginário coletivo, explicado nas categorias próprias do local. Nessa composição, o vínculo das pessoas com esse território pode ser mapeado através da representação de elementos simbólicos e subjetivos que revelem a importância de uma ecologia mental e suas singularidades existenciais.” (FURTADO, 2012, p.167)

A religiosidade da comunidade é manifestada na realização dos festejos de Santo Antônio de 31 de maio a 13 de junho e o de Nossa Senhora de Aparecida realizado no período de 01 a 12 de outubro, sendo esse último mais recente.

O “domínio” do preparo do festejo de Santo Antônio e os elementos étnicos e sociais acionados nesse período são o objeto deste capítulo. O festejo é composto por treze noites de novenas, procissão, e festa dançante, animada por uma aparelhagem de som conhecida na região como *Radiola de Reggae*.

A divisão das tarefas, obrigações e privilégios é feita pelo “dono” do Santo, que transfere essa responsabilidade a sua esposa D. Ildenê. Dessa forma, são escolhidos os novenários e o “dono da festa”, que ficam diretamente responsáveis pelo festejo do ano seguinte, as atribuições dos novenários baseiam-se em organizar as celebrações e oferecer ao final sua oferta ao Santo, geralmente isso acontece em

agradecimento a algum benefício que foi alcançado com a ajuda do padroeiro, por isso o trabalho é feito da melhor forma possível.

O “dono da festa” é responsável pela alimentação dos convidados e pela organização financeira da festa dançante, onde geralmente é contratada uma atração, a radiola de reggae que faz animação da festa de encerramento do festejo.

A organização social da comunidade em prol da realização do festejo aponta indícios de um acionamento coletivo da identidade quilombola dos indivíduos que moram no lugar, é perceptível que a escolha de Santo Antônio como padroeiro é uma expressão clara de resistência à opressão histórica sofrida pelos remanescentes de quilombolas brasileiros.

Dentro da comunidade dona Ildenê é a “dona do Santo”, característica que lhe foi herdada por ter casado com o Sr. Luís Mariano, pois sua família é dona do Santo desde o século XIX, logo ele é tradicionalmente o dono da festa, porém cabe à sua esposa organizar o festejo. Por isso é tarefa de Dona Ildenê escolher os novenários e o “dono da festa”, oferecer a infraestrutura necessária para o preparo das comidas, a área para a festa e a capela também está localizada nas imediações de sua casa.

Em entrevista com Dona Ildenê, perguntei quais critérios eram estabelecidos para a escolha dos novenários e “dono da festa”, e ela respondeu: “*É por cara, se eu disser que é tu, vai ser tu, a gente é que decide e escolhe por que a gente é dono da festa*”. Cada um dos novenários escolhidos tem a função de organizar a novena no dia em que ficou sob sua responsabilidade, tendo liberdade de após a reza fazer uma festa com uma *radiola de reggae*, tambor de crioula e ou forró de caixa.

Se houver festa do novenário/a, nesse dia, o *butiquim* é aberto, a venda de bebidas alcoólicas garante um certo lucro ao novenário/a, possibilitando uma ajuda com as despesas da novena, a bebida mais consumida no festejo é cerveja e conhaque, o novenário sempre disponibiliza bebida aos trabalhadores/as segundo eles, a bebida é o que dá o gás para as atividades serem executadas.

O que se observa é que aqueles que são escolhidos para tais papéis, recebem suas responsabilidades como muito orgulho, tendo em vista que as bênçãos alcançadas com a ajuda do padroeiro da comunidade, merecem que sejam retribuídas

a altura das graças concedidas, segundo D. Pedra é um agradecimento pela vida e pelas bênçãos recebidas com intercessão do Santo.

“Foi os mais velhos que, então! Aí, gente todo tempo faço assim, todo nevenáro. Gente tem que fazer o bolo, tende de dá pro pessoal, gente quer fazer pra dá pessoal. Tem haver com Santo Antônio porque gente pede pra ele dá o conforto, a saúde, né? E aí todo ano eles tiro aqueles novena pros pessoal fazer aí isso aí foi desde do começo que eles inventaro essa festa”.  
(D. Pedra Rodrigues, 2016)

Segundo o relato da minha informante, que ao fazer essa fala estava ajudando no *fazimento de bolo* de sua irmã D. Francisca, transmitia a certeza de que todo o empenho da comunidade para a realização do festejo era necessário, e que deveria continuar sendo reproduzido, para que os benefícios que o padroeiro faz para a comunidade precisarão sempre de agradecimentos.

O que podemos perceber ao analisar a organização do festejo e a representação que o mesmo possui para cada um moradores da comunidade, é a forma de organização onde todos/todas se envolvem no manuseio dos alimentos, na construção do forno que assa os bolos que serão oferecidos ao Santos padroeiro em agradecimento as suas benção. Mostram a comunidade em equilíbrio, onde, no momento da realização do festejo as diferenças são postas em segundo plano, para que o padroeiro, a resistência e a luta sejam evidenciadas.

É nesse aspecto que a identidade quilombola é acionada, diante das manifestações de devoção e dedicação a seus costumes seculares que foram passados de geração em geração modo de preparo do bolo, a forma de preparar o forno de barro e a *tacuruba*<sup>9</sup> para o preparo da comida a lenha, Furtado (2012), mostram que aquela comunidade festeja suas heranças herdadas dos sábios ancestrais que souberam (res)significar seus costumes e crenças dentro do território.

A escolha do Santo padroeiro é uma forma perceptível de enfrentamento às imposições exteriores, visto que Santo Antônio foi tido como um herege para a igreja católica, pois ele lutava contra usura, era um guerreiro que lutava a favor dos quilombos, que dedicou-se a combater as desigualdades, por isso sua imagem foi

---

<sup>9</sup> Pedras de tamanho médio utilizadas como fogareiro a lenha.

reduzida a um mero santo casamenteiro, tendo para que a imagem do guerreiro aos poucos fosse esquecida pelos fiéis (MOTT, 1996).

### 3.1.Os novenários

Segundo Durkheim (1996) a consciência coletiva de sociedade simples é organizada por elementarmente pelo fundamento religioso, é nesse sentido que faremos nossas análises acerca da participação e do comprometimento com que os moradores do Rio Grande realizam as atividades que lhes são atribuídas durante o festejo de Santo Antônio.

Ao analisarmos o engajamento dos/as moradores/as no preparo do Festejo em seus mínimos detalhes, a participação coletiva na produção dos alimentos que serão consumidos nas noites de novenas. Observo que a lógica de organização social dessas comunidades são completamente diferenciadas da lógica capitalista, onde só se investe tempo e dinheiro em algo ou alguma coisa que poderá resultar em lucro.

No Rio Grande o investimento de tempo e dinheiro é em agradecimento ao padroeiro da comunidade pela proteção dada ao território e as famílias de lá. Desde que comunidade realizou o primeiro festejo em agradecimento a Santo Antônio, a etnicidade do território acionadas fortalecendo a identidade quilombola da comunidade na luta pelo manutenção do território.

A obrigação de fazer uma novena que esteja dentro dos padrões internos da lógica da comunidade, foi sendo modificado de acordo com a realidade da comunidade e o poder aquisitivo do/da novenário/a. Segundo D. Ildenê a “dona” do Santo nas primeiras comemorações feitas em honra a Santo Antônio era servido aos rezadores e a comunidade um angu de farinha de farinha seca, molhado com “vinho” de coco babaçu, e todos comiam.

“Eles fazia todo mundo comia esse escaldado. Então, hoje em dia não, gente mata boi, já mata porco, já dá comer pra mais pessoas, já faz as novenas, faz o bolo, é uma coisa assim, que evoluiu, cresceu. Mas, num tinha igreja, hoje em dia tudo é *murado*.”

Dessa forma, apresentarei a seguir os/as protagonistas do festejo Santo Antônio do ano 2016, tentando apresentar as relações sociais de parentesco e compadrio dentro dessa estrutura organizacional de domínio interno da produção do festejo em honra a Santo Antônio.

A nomeação prévia dos/as novenários/as integra uma lógica de organização da economia local, pois cada um dos/as responsáveis precisa munir-se dos recursos necessários para a realização do dia de novena.

A roça deve ser plantada com um excedente visto que a tapioca que é usada para a produção dos bolos é feita pelo/a novenário/a e sua família, existe essa autonomia interna na produção dos principais ingredientes para o fazimento de bolos.

No festejo desse ano (2016), uma das novenárias escolhidas não teve condições de fazer a novena.

Quando ocorre uma desistência muito próxima da realização do festejo a dona da festa é quem se responsabiliza pela realização da novena. Nesse caso, não há fazimento de bolo, porque não houve uma organização prévia para essa produção, que deveria ser feito com certa antecedência para que a comunidade pudesse ser convidada a ajudar na produção dos bolos.

A novena do 6<sup>a</sup> (sexto) dia ficou sob a responsabilidade de D. Ildenê a dona da festa, pelo fato de a novenária não ter tido condições de fazer, segundo D. Ildene não houve tempo para organizar o fazimento de bolos, e a mesma estava sentindo dores nas articulações ocasionadas pelo *zyca vírus*, e serviu pães com café/nescau e mandou fazer os bolos dos novenários na padaria na sede do município de Bequimão.

Uma das novenária deste ano (2016) atualmente mora em Brasília-DF, o que não foi empecilho para que sua novena fosse realizada, sua irmã e filha foram encarregadas de coordenar as responsabilidades da novena, a irmã neste caso, era a tutora do Santo. Nesse dia também não houve fazimento de bolo, a sistemática do sexto dia de novena foi seguida novamente.

Dentro das realizações de festejos no Rio Grande existe uma relação de troca de visitas em as comunidades mais próximas, que segue uma lógica singular. Os donos dos festejos da região combinam visitas entre si onde, uma quantidade de moradores/as de uma participa das atividades do festejo da comunidade vizinha, o que atribui a responsabilidade de a comunidade que recebeu a visita retribuí-la com a mesma quantidade de pessoas que estiveram na primeira visita, (PRADO, 2007).

Esse sistema de troca de visitas entre as comunidades possibilita o fortalecimento de laços sanguíneos já existentes e a criação de outros que podem ser formados por meio do casamento entre os moradores de comunidades diferentes.

Não observei nenhuma leitura bíblica ou mesmo a utilização de qualquer outro material utilizado pela igreja católica nas celebrações das novenas.

Devido ao consumo de bebida alcóolica nas festa dançantes que acontecem após as novenas e no encerramento do festejo, o novo pároco da paróquia de Bequimão solicitou que a D. Ildene não anunciasse o convite para o Festejo de Santo Antônio como festejo, mas sim como festa tradicional, mostrando que a igreja não queria ter seu nome agregado a uma festa religiosa onde os participantes vendem e consomem bebidas alcóolicas durante o festejo, não apoiando a realização do festejo de Rio Grande.

Segundo nossa informante o festejo só não foi impedido de acontecer porque a sede da igreja católica da comunidade localiza-se a mais de duzentos metros do Sítio Grande, do contrário a igreja impediria a realização do mesmo por meios judiciais.

Se faz necessário entender quais as representações que as instituições religiosas colonialista que não reconhecem outras manifestações religiosas que não reproduzem as condutas eclesiais secularmente impostas aos povos africanos e indígenas do Brasil. A falta de licença para a reprodução de seus cultos, a ilegalização da cultura desses povos, a subalternização de suas existências impossibilitou a inclusão e uma lógica de vida onde o direito à manutenção de seus modos de vida pudessem ser respeitados.

Em outras comunidades que também realizam festejos em agradecimentos aos seus Santos padroeiros as datas foram alteradas conforme o calendário da igreja, ignorando a data que tradicionalmente a comunidade realiza que é feito geralmente o dia dedicado ao Santo pela própria instituição religiosa.

Porém, no Rio Grande a data tradicional foi mantida visto que o festejo não e nem a imagem são de domínio da igreja católica, tendo em vista que a capela foi erguida dentro das terras do Sr. Luís Mariano, tutor da imagem e dono do Sitio Velho.

Conforme as orientações da paróquia D. Ildenê fez o anuncio do Festejo como Festa Tradicional do Rio Grande, o que na prática não significou nenhuma diferença para a ela ou para a comunidade e a configuração tradicional do festejo foi mantida.

Em seguida apresentarei os nomes dos/das novenários/as do festejo de Santo Antônio do ano 2016 e algumas fotos dos mesmos:

<b>RELAÇÃO DOS/DAS NOVENÁRIOS/AS DO FESTEJO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO GRANDE - ANO 2016</b>	
<b>DIA DA NOVENA</b>	<b>NOMES DOS NOVENÁRIOS/NOVENÁRIAS</b>
1º	Simão Rodrigues
2º	D. Elza Rodrigues
3º	D. Pedra Rodrigues
4º	Sr. Fabrício Rodrigues (Sr. Chita)
5º	D. Francisca Rodrigues
6º	Paula Rodrigues
7º	Benedito Colim
8º	Maria de Domingo
9º	Ivone Rodrigues Oliveira
10º	Fernanda Rodrigues
11º	Rosangela Rodrigues
12º e 13º	Pedro de João Paulo

Apresento-lhes portanto, as imagens dos respectivos novenários/novenárias do festejo de Santo Antônio no ano 2016, a saber:



Foto 13: D. Elza Rodrigues, 2ª novenária do ano 2016  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016



Foto 14: D. Pedra Rodrigues, 3ª novenária do ano 2016  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016



Foto 15: Sr. Fabrício Rodrigues (Sr. Chita), 4ª novenário do ano 2016  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016



Foto 16: D. Francisca Rodrigues, 5ª novenária do ano 2016  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016



Foto 17: Sr. Benedito Colim, 7º novenário do ano 2016  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016



Foto 18: D. Maria Raimunda (Maria de Domingo), 8ª novenária do ano 2016  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016



Foto 19: D. Ivonete Rodrigues, 9ª novenária do ano 2016  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016

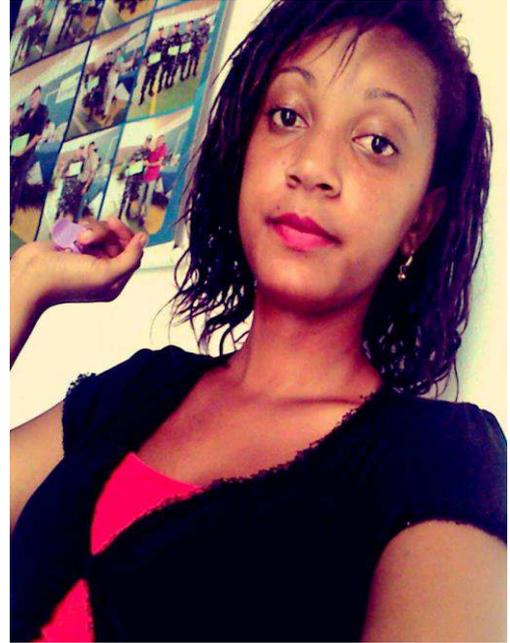


Foto 20: Fernanda Rodrigues, 10ª novenária do ano 2016  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016

Relação dos/das novenários/as do ano 2015:

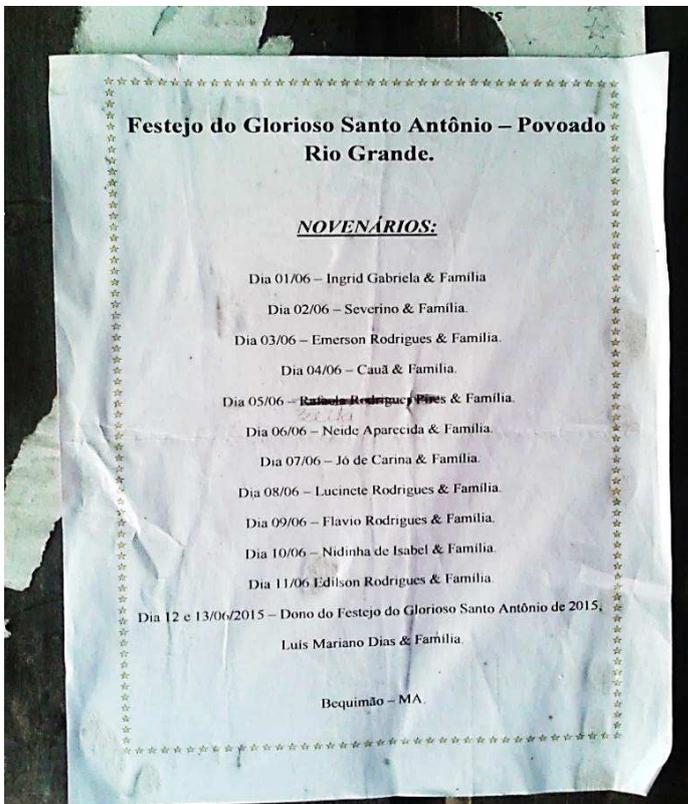


Foto 21: Relação dos novenários escolhidos para o ano 2015, colada na porta da cozinha de D. Ildenê a “dona” do Santo  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2015

Durante a realização do festejo é feita a escolha dos/das novenários/as para o ano seguinte, esse ano pode acompanhar a escolha dos nomes, que foi elaborada a partir das pessoas que se voluntariaram e outras que possuíam maior grau de afinidade com a família regente do Santo. A lista é feita por D. Ildene com a ajuda de seu filho, que escreve os nomes enquanto ela os dita, em seguida a relação é lida para o tutor do Santo, que aprova ou desaprova, e nesse segundo caso, sugere a substituição dos nomes que o desagradam.

Ao final a relação é digitalizada, e os nomes de cada escolhido/escolhida é escrito em uma folha de papel individual, para ser entregue aos respectivos donos na hora certa. Esse trabalho de digitação e impressa é feito na sede do município, no dia do encerramento do festejo a lista é lida por D. Ildenê que entrega a cada um dos/das escolhidos/as a folha contendo seus nome e o dia da novena, ao receber o papel com seu nome o/a futuro/a novenário/a assume o compromisso diante de toda a comunidade.

Abaixo segue tabela com a relação dos/das escolhidos/as para o ano 2017:

<b>RELAÇÃO DOS/DAS NOVENÁRIOS/AS DO FESTEJO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO GRANDE - ANO 2017</b>	
<b>DIA DA NOVENA</b>	<b>NOMES DOS NOVENÁRIOS/NOVENÁRIAS</b>
<b>1º</b>	Luís Mariano Dias
<b>2º</b>	Ernilde Ribeiro Costa (Sibaxo)
<b>3º</b>	Josefa Pires
<b>4º</b>	Alrino Ribeiro Costa (Cachi)
<b>5º</b>	Lúcia Rodrigues
<b>6º</b>	Antônio Moita
<b>7º</b>	Antônio Cardoso
<b>8º</b>	Pedro de João Paulo
<b>9º</b>	Sônia Maria Pinheiro
<b>10º</b>	Delzilene do Aripipá
<b>11º</b>	Elinalda Rodrigues
<b>12º e 13º</b>	Joias Rodrigues Oliveira

A novena é um ritual onde os/as moradores/as se reúnem na capela e rezam o Pai Nosso, Ave Marias e a Salve Rainha, e entoam cânticos em homenagem a Santo Antônio, sempre fazendo uma pausa entre um cântico e outro para que seja

servido água e vinho para os rezadores e a comunidade que está participando da novena, entre os cânticos que são cantados alguns estão em latim, o que Furtado (2012) vai chamar de “latim caboclo”, os quais estão transcritos do caderno de cânticos de uma informante:

Aguinus Deus que tantos pecados tem mundo seu  
Parcenobis, Dominus rezamos de Deus  
Dominus mizerenobis  
Ora pronobis Santa Desenentrinica.  
Ó de sione lusine em Cristum  
Graça cueste eufune entorre filentes nostiante em Cristum  
Tonesione cacenovos nundo Edipopasione  
Reziozo recicine em glória  
Pedi um Carmo, pedium em Cristum, domum ó morte.  
(Caderno de cânticos de D.Ildenê. Transcrito por OLIVEIRA, A.P. 2016)



Foto 22: Novena de Santo Antônio  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016

A relação da comunidade com o festejo de Santo Antônio em todos os aspectos que pertencem ao domínio do preparo do mesmo as regras sociais estabelecidas estão dentro da vida de cada morador/moradora do Rio Grande. A tutela da imagem de Santo Antônio é uma das regras que norteiam e atribuem significado a existência dessa festa secular.

De acordo com D. Elza, que após ser indaga sobre seu conhecimento de como o festejo iniciou-se, quais foram as pessoas que começaram essa celebração,

que ao longo dos mais de dois séculos de sua existência o agradecimento a Santo Antônio nunca deixou de ser uma responsabilidade coletiva do Rio Grande, mesmo que o Santo (neste caso, a imagem) tenha um “dono”, relatou:

“Eu conheci assim, os mais velhos. Os donos do Santo que eu conheci era Lionça e um irmão de Luís, que era um dos mais velhos que eu conheci. Mas, antes deles, antes tinha alguém, aí foram morrendo os mais velhos e ficando os mais novos. A Lionça era avó de Sr. Luís e a avó morreu, ficou a mãe que era Martinha, aí a velha morreu e ele ficou representando.”

Desse modo, temos a possibilidade de compreender através da fala de D. Elza que a tutela herdada pelo Sr. Luís Mariano é legítima, tendo em vista que a comunidade o reconhece a família como tutora do Santo, dessa forma observamos mais uma vez a lógica religiosa organizando o imaginário da população do Rio Grande.

### **3.2.O dono da festa**

*“Olha a gente num reclama quando tem que fazer coisa para Santo Antônio”* (D. Terezinha, 2016).

A consciência coletiva dessa comunidade é formada pela religiosidade, a lógica de organização do território é extremamente simples, a tradicionalidade do “mundo da vida” (HABERMAS, 2012) dessa sociedade é o que regulamenta as ações sociais de cada indivíduo.

Reproduzir a organização do festejo de Santo Antônio está para a comunidade do Rio Grande como uma dívida moral que foi herdada pelos filhos do território, que é assumida com muito empenho, visto que essa obrigação não pode ser questionada e que o cumprimento dessa tarefa proporciona a comunidade a segurança de contar de que suas vidas não dependem apenas de fatores materiais, mas que a comunidade pode contar com a força do “Divino Imperador”.

A tutela de “Santo Antônio” em Rio Grande, nunca foi contestada pela comunidade, visto que foi a família Dias que a trouxe para o território e começou a agradecer as bênçãos que o Santo deu à comunidade.

Dessa forma, o Sr. Luís Mariano Dias e sua esposa, D. Ildenê atualmente são os “donos” do Santo. A organização do festejo é responsabilidade da família Dias,

responsabilidade essa, que é dividida com a comunidade através das novenas, sobre essa divisão das responsabilidades Prado (2007) afirma:

."A novena, período que antecede a imediatamente a festa, tinha originalmente a função de preparar espiritualmente os fiéis para o culto ao santo. Esta característica eminentemente religiosa pois não se entende novena sem reza, perdure até hoje. É nessa fase que o 'rezador' encontra a ocasião propícia para exercer suas funções de um funcionário religioso específico, sabedor que é de ladainhas e benditos." (PRADO, 2007, p.83).

Mesmo sendo o Sr. Luís Mariano coordenador e autoridade central do festejo, a responsabilidade da "festa grande" também passou a ser passada para outras pessoas da comunidade ou amigos da família Dias que são devotos de Santo Antônio.

Neste ano (2016), o dono da festa foi o Sr. Pedro de João Paulo, residente em Bequimão e amigo do Sr. Luís Mariano Dias há décadas. Mesmo a tutela da festa tendo sido passada a outrem, o dono do Santo não deixa de ser responsável, com as despesas do dia da procissão, do almoço que é servido aos novenários, e em garantir que tudo ocorra dentro dos padrões de normalidade da comunidade.

As atribuições do "dono da festa" é fornecer os animais que serão abatidos e, os legumes e cereais que serão servidos para os convidados e para o Santo, assim como o pagamento da "radiola de reggae" que faz a animação da festa de encerramento, geralmente são cobradas as entradas dos participantes com o intuito de ajudar no pagamento, mas quando o valor arrecadado não é suficiente, é responsabilidade do "dono da festa" arcar com o valor que está faltando.

Os aspectos étnicos da comunidade do Rio Grande são acionados em suas manifestações culturais e sociais. Para compreender a representatividade que o festejo de Santo Antônio tem para a comunidade, necessário se faz, compreender a lógica pautada de acordo com a consciência coletiva construída no território.

Dentro dessa lógica é que acontece a procissão que faz parte dos rituais que encerram as cerimônias religiosas do festejo. As comunidade se reúne ao final da tarde do dia 13 de junho, a imagem de Santo Antônio é colocada em um andor ornamentado artesanalmente com papel crepom colorido e é carregado por homens da comunidade.

O trajeto da caminhada se inicia da frente da igreja e vai até próximo a uma encruzilhada, ali a procissão retorna em direção à capela, onde o andor é colocado sobre o altar. Durante o trajeto a procissão é acompanhada por uma salva de fogo de artifício, cânticos e orações. Os fogos de artifício tem a finalidade de sinalizar para os povoados distantes que a comunidade do Rio Grande está em festa, e os cânticos e as orações são conduzidas por Sr. Agnaldo e repetidos pelos presentes.

Ao chegar a capela é rezada uma novena a Santo Antônio e outra vez são cantados cânticos e orações de louvor e agradecimento ao Santo padroeiro. D. Ildenê informa os nomes dos/as escolhidos/as para o ano seguinte, todos recebem a missão como um privilégio, e recebem das mãos da Dona do Santo os papéis com seus nomes, simbolizando que o compromisso foi assumido a partir daquele momento. Em seguida, é oferecido um jantar aos novenários/as e são distribuídos treze pratos de comida e treze bolos de tapioca como retribuição ao cumprimento de suas obrigações com o festejo.

Abaixo imagens dos “donos” do festejo:

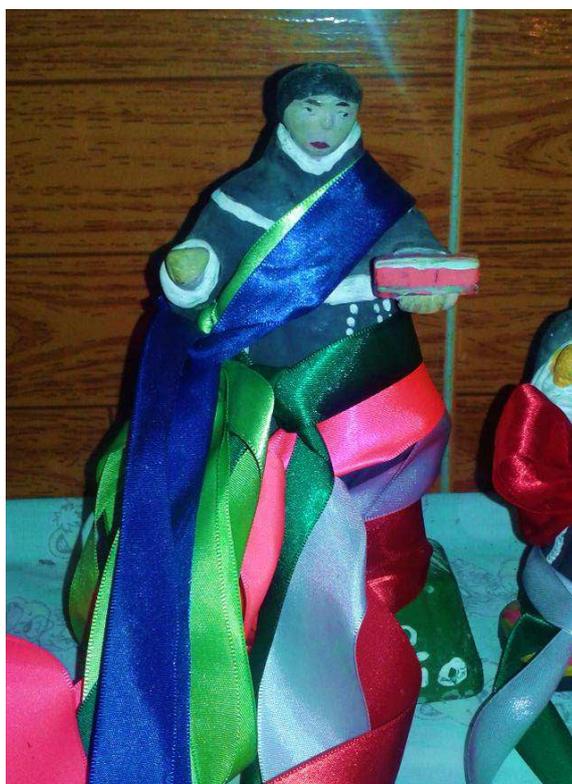


Foto 23: Imagem de Santo Antônio  
aquilombado  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016

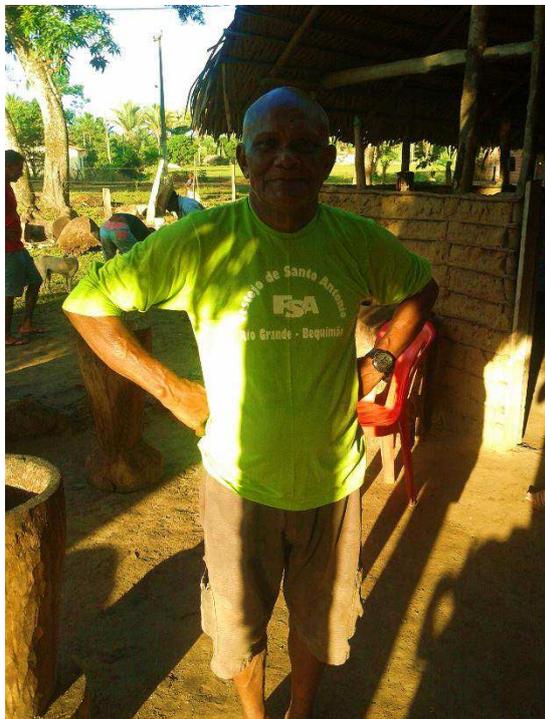


Foto 24: Sr. Luís Mariano Dias tutor da imagem de Santo Antônio  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016



Foto 25: Sr. Pedro de João Paulo dono da Festa Grande  
AUTORA: OLIVEIRA, A.P. 2016

É com o sentimento de dever cumprido pelo novenários/novenárias do ano corrente (neste caso, 2016) e a satisfação dos novenários/novenárias escolhidos/escolhidas para cumprirem as obrigações em agradecimento ao santo padroeiro no ano seguinte, que toda a comunidade celebra o final do festejo na “Festa Grande”. É uma das festas mais esperadas do ano pelos/pelos moradores/moradoras do Rio Grande, porque as comunidades vizinhas pagam suas visitas ou vão ganhar visitas da comunidade que está proporcionando a festa, essa é uma estratégia coletiva de evitar o esvaziamento e proporciona uma colaboração mutuo entre as comunidades, visto que os lucros com a bilheteria e o *butiquim* são forma de ajuda na economia da comunidade que realiza o festejo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o festejo de Santo Antônio na comunidade quilombola Rio Grande pude constatar que a realização desse ritual representa para os moradores desse território a expressão de seu agradecimento pela liberdade, pela vida e pela proteção atribuída ao Santo padroeiro.

As relações sociais estabelecidas dentro do “domínio” da preparação do festejo simboliza para toda a comunidade a manutenção de seus laços étnicos, acionados dentro de um contexto de luta pela manutenção e regularização do território, um enfrentamento diário que é feito por todos/todas os/as moradores/as do Rio Grande.

Ainda dentro do domínio da produção do festejo, pude compreender como o controle social é feito na comunidade. As conversas entre as pessoas que permanecem no barracão mesmo depois de todos os trabalhos do dia da novena terem sido finalizados, tem essa finalidade, informar aos moradores atitudes consideradas incorretas, criticar o modo como os filhos pequenos estão sendo tratados, as relações conjugais que estão em desordem também são pauta dessas conversas.

Essas conversas, ao que pude perceber, possibilitam que novas relações seja estabelecidas e com a mesma intensidade também estremecidas.

A realização das atividades do festejo compreende uma lógica “simples” e complexa, segue uma lógica própria de organização social que a princípio poderíamos chamar de divisão social do trabalho, porém tal divisão não se enquadra no moldes das sociedades complexas e regidas por consciências individuais.

Essa divisão é feita mecanicamente, tendo em vista que todas as pessoas envolvidas no *fazimento de bolo* sabem como preparar a tapioca, como sovar a massa, bem como, socar as amêndoas de babaçu para extrair o “vinho”, a lógica de organização social do Rio Grande é extremamente simples. A consciência coletiva, que condicionada e controla as ações individuais, está emanada em cada um dos/das moradores/as desse território o que garante a organização social dessa comunidade.

Desse modo, o Estado e suas instituições sociais não estão diretamente presentes na vida desta comunidade quilombola, a organização do Rio Grande é

fundamentalmente religiosa, a racionalidade não está dentro dos padrões burgueses weberiano, visto que ela é uma racionalidade totalmente tradicional, e todas as práticas e regras, são portanto religiosas.

A resignificação atribuída pela comunidade do Rio Grande a Santo Antônio que de santo capitão-do-mato tornou-se santo padroeiro dos *pretos fugidos*, que ao invés de encontra-los e devolve-los aos seus “donos”, protege-os e liberta dos castigos, como diz o canto entoado por Sr. Agnaldo nas celebrações das novenas das noites de festejo. A comunidade festeja anualmente a proteção e as bênçãos que o Santo aquilombado lhe concede a todos os dias de geração em geração.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinas e fundos de pastos: tradicionalmente ocupados*. 2ª ed. Coleção e ordenamento Jurídico. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

\_\_\_\_\_. *Quilombos: sematologia face a novas identidades*. In: SMOH/CCN. *Frechal: terra de pretos*. São Luís: SMOH/CCN.1996. 11-19.

\_\_\_\_\_. *Quilombos e novas etnias*. In: *Quilombos: sematologia face a novas identidades*<sup>23</sup>. Manaus: UEA Edições, 2011.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. "Aê meu pai quilombo, eu também sou quilombola": o processo de construção identitária em Rio Grande – Maranhão. São Luís, 2012.

BARTH, Fredrik. O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. In: *Os grupos étnicos e suas fronteiras*. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Capítulo II: introdução a uma sociologia reflexiva. In: *O Poder Simbólico*. Editora Bertrand Brasil S.A., Rio de Janeiro, 1989.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

Durkheim, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução: Walter Solon. – São Paulo: EDIPRO, 2012.

\_\_\_\_\_. *Da divisão do trabalho social*. Tradução: Eduardo Brandão. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*; tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. – Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2000.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. *Aquilombamento no Maranhão: um Rio Grande de (im)possibilidades* – Presidente Prudente: [s.n], 2012.

\_\_\_\_\_. *Aquilombamento no Maranhão: da (des)marcação do conceito à pauta por território*. In: *Desenvolvimento Socioespacial e Regional no Maranhão: novas e velhas questões*. Zulene Muniz.II. Cardoso, Franci Gomes.III. (Orgs.) – São Luís: EDUEMA, 2015.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução: Vera Joscelyne. 13 Ed. – Petrópolis – RJ, Vozes, 2013.

MOTT, Luiz. *Santo Antônio, o divino capitão-do-mato*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. – São Paulo, 1996.

MOURÃO, Laís. *O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental maranhense*. Org. Maristela de Paula Andrade; Benedito Souza Filho. São Luís: EDUFMA, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, 1992.

PRADO, Regina de Paula Santos. *Todo ano tem: as festas na estrutura social comonesa*. – São Luís: EDUFMA, 2007.

WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. Tradução: Oswaldo Caldeira C. da Silva. Revisão: Gilberto Velho. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.